



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MILENA SANTOS ARAÚJO

**A PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO E**  
**SUSTENTABILIDADE**  
**O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES EM SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO

2026

MILENA SANTOS ARAÚJO

**A PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO E  
SUSTENTABILIDADE**  
O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES EM SERGIPE

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque.

SÃO CRISTÓVÃO

2026

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MILENA SANTOS ARAÚJO

### **A PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE**

O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES EM SERGIPE

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque.

#### **COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque  
Universidade Federal de Sergipe

---

Avaliador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira  
Universidade Federal de Sergipe

---

Avaliador: Prof. Dr. Edson Tomaz de Aquino  
Universidade Federal de Sergipe

Nota: \_\_\_\_\_

São Cristóvão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Dedico esta monografia a todos que, com amor e apoio, fizeram parte desta conquista.

*Meraki: fazer tudo com a alma, com amor e propósito.*

## **AGRADECIMENTOS**

Entre desafios, aprendizados e sonhos que pareciam distantes, chego a este momento com o coração cheio de gratidão, consciente de que nada do que foi construído até aqui aconteceu sozinho. Cada etapa dessa trajetória foi marcada pelo apoio, pelo amor e pela presença de pessoas essenciais nesse caminho. Agradeço, antes de tudo, a Deus, que foi minha força nos dias difíceis, minha calma nos momentos de ansiedade e a luz que guiou cada passo até aqui, pois sem a Sua presença constante nada disso teria sido possível.

Aos meus pais, deixo o meu mais profundo e eterno agradecimento. Foram vocês que me ensinaram o valor do estudo, do caráter e da perseverança. Cada esforço, cada conselho e cada renúncia me trouxeram até este momento. Esta conquista também é de vocês. Irei amá-los eternamente.

Às minhas irmãs, com quem compartilho laços que vão além das palavras, carrego um amor profundo e verdadeiro. Entre diferenças, aprendizados e momentos vividos juntas, vocês fazem parte da minha história e de quem eu me tornei.

Ao meu companheiro, agradeço pelo apoio constante, pela paciência nos momentos de cansaço e por caminhar ao meu lado durante todo esse percurso, tornando os dias difíceis mais leves e as vitórias ainda mais especiais.

Aos meus amigos, pelas palavras de incentivo, pelas risadas, pela compreensão e pelo apoio sincero, deixo também minha gratidão, pois cada gesto fez diferença para que eu seguisse em frente.

Por fim, a todos os meus familiares, que torceram, acreditaram e celebraram cada pequena vitória, agradeço por serem parte essencial dessa trajetória. Sinto um imenso orgulho por chegar até aqui e concluir minha formação em uma universidade pública, espaço que representa luta, oportunidade e transformação. Esta conquista não é apenas minha, mas de todos que acreditaram em mim e caminharam ao meu lado. A cada pessoa que, de alguma forma, contribuiu para que este sonho se tornasse realidade, o meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

Esta monografia analisa a paradiplomacia como estratégia de desenvolvimento territorial, investigando suas interfaces com o paradigma das Cidades Inteligentes e suas potencialidades no contexto do Estado de Sergipe. Partindo de um referencial teórico que articula governança multinível, políticas públicas, smart cities e atuação internacional subnacional, o trabalho busca compreender de que forma governos estaduais, atores municipais e o setor privado podem utilizar a inserção internacional como instrumento de inovação, sustentabilidade e competitividade econômica. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e exame de iniciativas institucionais e econômicas relevantes. Os resultados indicam que a paradiplomacia contemporânea vai além da atuação estatal tradicional, incorporando modalidades públicas e corporativas, bem como redes internacionais e mecanismos de cooperação técnica. No caso sergipano, observa-se um processo ainda em consolidação, marcado por avanços institucionais recentes, especialmente na atração de investimentos, na agenda de transição energética, no comércio exterior e na incorporação da dimensão internacional ao planejamento governamental. Contudo, persistem desafios relacionados à fragmentação institucional e à ausência de uma estratégia integrada de inserção externa. Conclui-se que a articulação entre paradiplomacia e cidades inteligentes representa uma oportunidade estratégica para Sergipe, ao possibilitar a difusão de inovação, o fortalecimento da governança urbana e a promoção do desenvolvimento sustentável em alinhamento com as agendas globais.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia; Cidades Inteligentes; Relações Internacionais, Desenvolvimento Regional.

## **ABSTRACT**

This monograph analyzes paradiplomacy as a strategy for territorial development, investigating its interfaces with the Smart Cities paradigm and its potential within the context of the State of Sergipe. Based on a theoretical framework that articulates multilevel governance, public policies, smart cities, and subnational international action, the study seeks to understand how state governments, municipal actors, and the private sector can use international engagement as an instrument for innovation, sustainability, and economic competitiveness. Methodologically, the research adopts a qualitative, exploratory, and analytical approach, grounded in bibliographic review, documentary analysis, and the examination of relevant institutional and economic initiatives. The findings indicate that contemporary paradiplomacy goes beyond traditional state-centered action, incorporating public and corporate modalities, as well as international networks and mechanisms of technical cooperation. In the case of Sergipe, the analysis reveals a process that is still under consolidation, marked by recent institutional advances, particularly in investment attraction, the energy transition agenda, foreign trade, and the incorporation of the international dimension into governmental planning. Nevertheless, challenges related to institutional fragmentation and the absence of an integrated external engagement strategy persist. It is concluded that the articulation between paradiplomacy and smart cities represents a strategic opportunity for Sergipe, enabling the diffusion of innovation, the strengthening of urban governance, and the promotion of sustainable development in alignment with global agendas.

**Key-words:** Paradiplomacy; Smart Cities; International Relations; Regional Development.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> - Sergipe busca investimento em missão no Oriente Médio    | 57 |
| <b>Figura 2</b> - Comitativa chinesa discute investimento com a Fecomércio | 60 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                               | <b>9</b>  |
| <b>1- CIDADES, GOVERNANÇA GLOBAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE INTELIGENTE</b>                              | <b>15</b> |
| 1.1 As transformações do sistema internacional e o protagonismo urbano                                          | 15        |
| 1.2 O paradigma das Cidades Inteligentes                                                                        | 21        |
| 1.3 Desafios de Implementação e Experiências                                                                    | 27        |
| <b>2- PARADIPLOMACIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: INTERFACES E SINERGIAS COM AS CIDADES INTELIGENTES</b> | <b>29</b> |
| 2.1 Conceituação e Evolução da Paradiplomacia                                                                   | 29        |
| 2.2 A Paradiplomacia Corporativa e a Inserção do Setor Privado                                                  | 36        |
| 2.3 Paradiplomacia e Cidades Inteligentes: Interfaces e Sinergias                                               | 42        |
| <b>3- A PARADIPLOMACIA SERGIPANA: ATORES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO GLOBAL INTELIGENTE</b>     | <b>54</b> |
| 3.1 O Contexto Histórico Socioeconômico e Institucional de Sergipe                                              | 54        |
| 3.2 A Paradiplomacia Pública Sergipana                                                                          | 56        |
| 3.3 A Paradiplomacia Corporativa em Sergipe                                                                     | 59        |
| 3.4 Definição da Paradiplomacia Sergipana e Recomendações Estratégicas                                          | 61        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                     | <b>64</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                              | <b>68</b> |
| <b>APÊNDICE 1</b>                                                                                               | <b>78</b> |
| <b>APÊNDICE 2</b>                                                                                               | <b>85</b> |

## INTRODUÇÃO

A reconfiguração do sistema internacional nas últimas décadas evidencia uma transição paradigmática que desloca o eixo decisório do Estado-nação para uma estrutura mais difusa e interdependente de poder. Nesse contexto, formula-se a seguinte pergunta central: Como a atuação paradiplomática de Sergipe, por meio de seus atores públicos e privados, pode potencializar a adoção de políticas de cidades inteligentes, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inserção global do estado?

Nesse sentido, a globalização, entendida por Giddens (1991) como um processo que conecta dimensões locais e globais em uma teia de interações contínuas, produziu uma densidade relacional inédita entre atores públicos e privados, impactando a formulação e a execução de políticas públicas em escala transnacional. Neste cenário, as fronteiras tradicionais da soberania estatal tornam-se porosas, dando lugar ao que Reinicke (1998) denomina “governança multinível” — um arranjo no qual organismos internacionais, corporações, governos subnacionais e organizações da sociedade civil compartilham responsabilidades na gestão de problemas globais. Assim, a literatura sobre políticas públicas globais, como enfatizam Stone e Ladi (2015), corrobora essa perspectiva ao identificar uma crescente hibridização entre níveis decisórios, caracterizada pela circulação internacional de ideias, modelos e instrumentos de gestão. Dessa forma, a governança contemporânea se estrutura em múltiplas escalas — global, nacional, regional e local — articulando mecanismos formais e informais de cooperação. Essa nova arquitetura de poder transforma as Relações Internacionais em um campo mais policêntrico, no qual a ação política é fragmentada, mas potencialmente mais inclusiva e inovadora. Como observa Reinicke (1998), a governança multinível não substitui o Estado, mas o reconfigura, ao exigir que este compartilhe responsabilidades e coordene políticas públicas em redes que envolvem desde organismos multilaterais até governos subnacionais. Em vista disso, essa dinâmica cria o ambiente propício para o surgimento de novas formas de inserção internacional, entre as quais se destaca a paradiplomacia.

Em continuidade, no contexto da governança contemporânea, à medida que o sistema internacional se torna mais policêntrico e interdependente, as cidades consolidam-se como atores estratégicos na governança global, realizando papéis estratégicos na formulação e implementação de políticas que enfrentam desafios globais complexos. Esse protagonismo decorre de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a densidade populacional, a diversidade econômica e a capacidade institucional, sendo que mais da metade da população

mundial atualmente reside em áreas urbanas, conferindo às cidades um papel determinante na promoção do desenvolvimento sustentável e da inovação tecnológica (Gehl, 2010; Trigueiro, 2016; IBGE Cidades, 2025).

Nesse sentido, a interdependência global intensifica a relevância das cidades, uma vez que questões como mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, mobilidade urbana e eficiência energética apresentam “caráter transnacional” e não podem ser solucionadas isoladamente pelos Estados-nação. Neste cenário, as cidades atuam como laboratórios urbanos, experimentando políticas, tecnologias e modelos de governança que podem ser replicados em outros contextos, promovendo soluções inovadoras, adaptáveis e socialmente inclusivas (Newman & Allam, 2020; Lazzaretti, 2021; Depiné, 2020). Além disso, as cidades fortalecem a articulação de redes de cooperação internacional que conectam atores públicos, privados e organizações civis, tornando-se nodos centrais na governança multinível e promovendo soluções coletivas para problemas compartilhados (Stone & Ladi, 2015; Paliologo & Gomes, 2020). A interação entre sustentabilidade, inovação tecnológica e participação cidadã faz delas agentes ativos na formulação de políticas globais alinhadas às demandas socioambientais contemporâneas (Esponda-Alva & Copaja-Alegre, 2020; Menezes & Costa, 2018). Assim, as cidades não somente recebem políticas globais, mas formulam e implementam estratégias próprias, tornando-se atores centrais na articulação de soluções inovadoras, sustentáveis e interdependentes. (Santos, 2002; Stone & Ladi, 2015; Ferabolli, 2020).

Nesse contexto, diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelas áreas urbanas — como o crescimento populacional acelerado, a degradação ambiental, a desigualdade social e a complexidade econômica — as Cidades Inteligentes (Smart Cities) emergem como uma resposta estratégica capaz de transformar a governança urbana, promovendo sustentabilidade, inovação e resiliência. Conforme Newman e Allam (2020), uma cidade inteligente vai além da mera implementação de tecnologia, constituindo um ecossistema integrado que promove o uso eficiente de recursos e melhora a qualidade de vida de seus habitantes.

Em continuidade, a integração de tecnologias digitais com políticas públicas assume um papel central, permitindo uma gestão urbana mais eficiente e adaptativa. No entanto, Mitrof (2021) ressalta que essa transformação não se limita à inovação tecnológica, mas deve ser acompanhada de planejamento estratégico e governança participativa, de modo a assegurar que soluções urbanas sejam contextualizadas e legitimadas socialmente. Dito isso, a participação cidadã constitui, portanto, um elemento essencial, visto que engajar os cidadãos nos processos decisórios é tão importante quanto a própria infraestrutura tecnológica, ao

garantir que as políticas urbanas respondam efetivamente às necessidades da população Depiné (2020) . Em adição, a dimensão sustentável das cidades inteligentes também se mostra estratégica. A aplicação de tecnologias verdes, combinada à otimização do uso de recursos urbanos, contribui para a redução de impactos ambientais e fortalece a resiliência frente a crises contemporâneas, incluindo eventos climáticos extremos, trazendo adaptabilidade e segurança para os cidadãos (Ferabolli, 2020). Sob essa ótica, além de responder a desafios locais, as cidades inteligentes reforçam o protagonismo urbano no cenário global. O engajamento em redes internacionais de cooperação permite que os municípios compartilhem experiências, aprimorem práticas de governança e influenciem políticas públicas em múltiplos níveis (Giffinger, 2017). Newman e Allam (2020) destacam que tais redes facilitam o “benchmarking”<sup>1</sup> urbano, promovendo aprendizado contínuo e adaptação de estratégias que aumentam a competitividade e a eficiência das cidades. Dito isso, Trigueiro (2016) coloca as cidades inteligentes como paradigma de solução para os problemas urbanos contemporâneos, ao combinar tecnologia, sustentabilidade, participação cidadã e inovação. Leite (2019) complementa que essas cidades oferecem mecanismos de monitoramento e execução de políticas públicas que aumentam a eficiência administrativa e a qualidade de vida urbana. Dessa forma, Labchis (2021) conclui que, ao integrar dimensões tecnológicas, ambientais e sociais, as cidades inteligentes se configuram como modelos estratégicos capazes de transformar municípios em protagonistas ativos da governança do século XXI.

Partindo desse contexto, a relação entre Paradiplomacia e Cidades Inteligentes representa uma intersecção estratégica no estudo das dinâmicas de governança contemporânea. No contexto global, as cidades vêm se consolidando como atores centrais da política internacional, desempenhando funções que historicamente estavam reservadas aos Estados-nação, evidenciando o deslocamento da ação diplomática para níveis subnacionais e a emergência de formas inovadoras de governança urbana (Aprigio, 2014; Araújo, 2020).

Ao restringir o foco para a relação entre Paradiplomacia e Cidades Inteligentes, observa-se que estas últimas oferecem um paradigma de solução para desafios urbanos contemporâneos, incluindo sustentabilidade, mobilidade, eficiência energética e inovação social (Newman & Allam, 2019; Mitrof, 2020). Nesse sentido, a inserção internacional das cidades não se limita à troca de experiências e políticas públicas, mas também inclui a colaboração estratégica com empresas e instituições privadas, visando implementar soluções

---

<sup>1</sup> BENCHMARKING. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/benchmarking/>. Acesso em: 02/11/2025.

tecnológicas e modelos de governança que elevem a resiliência urbana (Esponda-Alva & Copaja-Alegre, 2020; Menezes & Costa, 2018).

Outrossim, o objeto empírico deste estudo centra-se em Sergipe, reconhecendo o papel do estado na adoção de políticas inteligentes e na articulação de redes internacionais. A análise da paradiplomacia sergipana demonstra como o estado pode inserir-se em plataformas globais de inovação enquanto fortalece sua capacidade de gestão local e de atração de investimentos estratégicos. No âmbito analítico, é essencial considerar tanto a atuação paradiplomática pública quanto a corporativa. O setor público, por meio de secretarias municipais e estaduais, articula parcerias, protocolos de cooperação e participação em demandas internacionais. (Rosso, 2020; Martins & Procopiuck, 2017). Paralelamente, o setor privado atua como coadjuvante estratégico, por meio de investimentos direcionados que integram o mercado local ao global. Essa dimensão da atuação internacional privada promove principalmente investimento externo, potencializando os impactos das políticas inteligentes (Labchis, 2021). A sinergia entre os setores público e privado fortalece a governança local e amplia a projeção internacional de Sergipe, abrindo caminho para cidades mais inteligentes, inovadoras e sustentáveis.

Em síntese, ao articular Paradiplomacia e Cidades Inteligentes, Sergipe mostra possuir uma trajetória para a materialização das cidades inteligentes. Este enfoque evidencia que a modernização urbana, quando combinada com estratégias de inserção internacional, potencializa resultados socioeconômicos, ambientais e tecnológicos, consolidando um modelo de desenvolvimento local com projeção global (Ferabolli, 2020). A análise, portanto, contribui para compreender como a cooperação entre esfera pública e privada, articulada por meio da Paradiplomacia, pode viabilizar a transformação das cidades em atores estratégicos no cenário internacional contemporâneo.

Para além, embora o debate sobre paradiplomacia e cidades inteligentes venha ganhando espaço na literatura contemporânea, a intersecção entre ambos ainda é incipiente, sobretudo em estados subnacionais periféricos, limitando a compreensão sobre como unidades federativas de menor visibilidade econômica e política podem se inserir nas dinâmicas internacionais. Nesse contexto, observa-se uma lacuna significativa na análise da paradiplomacia em contextos periféricos, nos quais a inserção internacional é condicionada por restrições institucionais, limitações de infraestrutura e dependência de políticas centralizadas. A chamada “paradiplomacia periférica” revela o potencial de governos subnacionais historicamente marginalizados para estabelecer conexões internacionais, desafiando a centralidade das regiões economicamente hegemônicas no sistema global

(Batista, 2018). Além disso, emerge como forma de resistência e inovação institucional, ao permitir que governos locais projetem suas demandas e soluções no cenário internacional (Proio, 2020). Essa perspectiva amplia o debate teórico ao incluir realidades locais que desafiam a visão tradicional de que a internacionalização subnacional está restrita a regiões economicamente desenvolvidas. De modo semelhante, o conceito de “cidades inteligentes” tem sido majoritariamente explorado sob uma ótica tecnocêntrica, voltada à análise de metrópoles globais e seus ecossistemas digitais. Embora tais abordagens sejam relevantes, elas tendem a negligenciar o potencial de adaptação do modelo de cidade inteligente a contextos de menor escala, nos quais a inovação emerge de arranjos institucionais criativos, da cooperação público-privada (Lazzaretti, 2021; Rizzon, 2020) e do uso estratégico da paradiplomacia para atrair investimentos e conhecimento técnico. Em vista disso, esta pesquisa busca preencher uma lacuna teórica e empírica ao investigar como estados subnacionais periféricos, como Sergipe, podem utilizar a paradiplomacia para promover políticas públicas inteligentes e sustentáveis, impulsionando estratégias de desenvolvimento local alinhadas à Agenda 2030 da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir dessa problemática, a pesquisa visa, como objetivo geral, analisar de que maneira a paradiplomacia — entendida tanto em sua dimensão pública quanto corporativa — pode servir como instrumento estratégico para a implementação de políticas de cidades inteligentes em Sergipe, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a inovação territorial. Dito isso, para alcançar esse propósito, a pesquisa desenvolve-se em diferentes etapas analíticas. Inicialmente, examina-se o contexto teórico das transformações do sistema internacional contemporâneo, com ênfase na emergência da governança multinível e na ascensão das cidades como protagonistas das dinâmicas globais. Em seguida, analisa-se o conceito e as dimensões constitutivas das cidades inteligentes, destacando sua correlação com a agenda global de sustentabilidade e inovação tecnológica. A partir desse quadro conceitual, investiga-se o arcabouço teórico da paradiplomacia, suas diferentes modalidades — política, econômica, cultural e ambiental — e suas interfaces com a formulação e implementação de políticas urbanas inteligentes.

Em continuação, no âmbito empírico, a pesquisa dedica-se a identificar e caracterizar os principais atores públicos e privados que integram a paradiplomacia sergipana, analisando suas práticas, estratégias e redes de cooperação internacional. Essa análise busca compreender as potencialidades e os desafios enfrentados por Sergipe na construção de uma agenda de inserção internacional pautada na inovação, na sustentabilidade e na governança colaborativa.

Assim, pretende-se propor recomendações estratégicas que contribuam para o aprimoramento da paradiplomacia sergipana, articulando sinergias entre o poder público e o setor privado com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento urbano inteligente, inclusivo e sustentável. Desse modo, esta pesquisa busca oferecer uma contribuição teórica e prática ao campo das Relações Internacionais.

Para concluir, no que se refere à estrutura, a monografia organiza-se em três capítulos principais, dispostos para acompanhar uma progressão lógica que parte da dimensão teórica e global até a análise empírica do caso sergipano.

O primeiro capítulo, intitulado *Cidades, Governança Global e o Paradigma da Sustentabilidade Inteligente*, constrói o cenário conceitual sobre as transformações do sistema internacional e o protagonismo urbano. Nele, discute-se a transição da lógica estatal para a governança multinível, a ascensão das cidades como atores das Relações Internacionais e o paradigma das cidades inteligentes em suas dimensões tecnológicas, sociais, ambientais, econômicas e políticas. O capítulo também aborda os desafios de implementação dessas políticas em contextos desiguais, com breves referências a experiências internacionais e latino-americanas.

O segundo capítulo, *Paradiplomacia como Estratégia de Desenvolvimento: Interfaces e Sinergias com as Cidades Inteligentes*, apresenta o arcabouço teórico da paradiplomacia e sua intersecção com o conceito de cidades inteligentes. São discutidas a evolução histórica do conceito, suas modalidades e o papel da paradiplomacia corporativa na inserção internacional de atores privados. Analisa-se ainda como as redes de cidades e os mecanismos de inovação compartilhada fortalecem a integração entre diplomacia subnacional e políticas urbanas inteligentes, especialmente no contexto federativo brasileiro.

Por fim, o terceiro capítulo, *A Paradiplomacia Sergipana: Atores, Potencialidades e Desafios para a Inserção Global Inteligente*, constitui a parte empírica do trabalho, voltada à análise do caso de Sergipe. São examinados o contexto socioeconômico e institucional do estado, o papel de órgãos como a SEPLAN (Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação), a Agência Desenvolve-SE e a Fecomércio -SE. Portanto, o capítulo culmina com a proposta de uma definição para a paradiplomacia sergipana e a formulação de recomendações estratégicas para seu fortalecimento, de modo a conectá-la à agenda global de cidades inteligentes e ao desenvolvimento sustentável regional.

## **1. CIDADES, GOVERNANÇA GLOBAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE INTELIGENTE**

### **1.1 As transformações do sistema internacional e o protagonismo urbano**

As transformações do sistema internacional, intensificadas a partir da segunda metade do século XX, provocaram uma ruptura no modelo westfaliano de soberania estatal, marcando a passagem de uma lógica centrada no Estado para uma estrutura de governança multinível. Esse processo, impulsionado pela globalização, pela revolução tecnológica e pela crescente interdependência econômica, gerou uma redistribuição das competências decisórias entre diferentes níveis e atores, estatais e não estatais (Reinicke, 1997).

De acordo com Reinicke (1997), a globalização não deve ser entendida somente como o aumento das transações econômicas entre países, mas como uma mudança qualitativa na estrutura do sistema internacional, que incorpora dimensões econômicas, sociais e políticas em um contexto de integração profunda. Para o autor, a interdependência tradicional cede lugar a uma globalização que “transcende o Estado-nação e envolve novos atores e mecanismos de governança” (Reinicke, 1997, p. 131). Essa transformação revela a necessidade de “governar sem governo”, isto é, criar arranjos cooperativos e institucionais capazes de lidar com problemas que escapam à capacidade de controle de qualquer Estado isolado. Ainda nessa perspectiva, Reinicke (1997) introduz o conceito de “governança global”, definida como a coordenação de políticas e ações entre múltiplos atores – públicos, privados e da sociedade civil – com vistas à produção de bens públicos globais. Esse modelo rompe com o monopólio estatal sobre as decisões internacionais e inaugura uma nova forma de administração mundial, caracterizada pela distribuição horizontal de autoridade e responsabilidade entre diferentes esferas. Assim, a política internacional passa a se organizar de maneira policêntrica, envolvendo organizações internacionais, governos subnacionais, empresas, universidades e redes de especialistas.

Nesse contexto, aprofunda-se essa reflexão ao introduzir a ideia de “administração transnacional” (transnational administration), destacando que o estudo das políticas públicas precisa superar o “nacionalismo metodológico” e considerar as dinâmicas que se desenvolvem além das fronteiras estatais (Stone; Ladi, 2015). Dito isso, as políticas públicas globais representam uma “teia de deliberação e coordenação que envolve atores governamentais e não governamentais em arenas interconectadas” (Stone; Ladi, 2015, p.

12). Esse fenômeno revela um deslocamento do poder decisório para redes multiníveis, nas quais as fronteiras entre o local, o nacional e o global se tornam porosas.

Ao analisar esse cenário, Stone e Ladi (2015) argumentam que os processos decisórios globais são cada vez mais co-produzidos por instituições estatais, organismos internacionais e comunidades epistêmicas, criando um sistema de governança sem hierarquias fixas, baseado em fluxos de informação e cooperação contínua. Essa realidade torna evidente que o Estado já não detém o monopólio da autoridade política, mas atua em conjunto com outros centros de poder, configurando o que as autoras denominam “governança policêntrica”. Essa ideia é reforçada por Zahariadis e Buonanno (2018), ao analisarem o funcionamento da União Europeia como laboratório de governança multinível. Os autores observam que, no contexto europeu, diferentes níveis de governo compartilham competências e responsabilidades em uma estrutura de tomada de decisão em rede, na qual “nenhum ator isolado possui controle total sobre os resultados políticos” (Zahariadis; Buonanno, 2018, p. 37). Esse modelo se tornou uma referência para compreender como a autoridade é distribuída entre atores locais, nacionais e supranacionais, permitindo que governos municipais e regionais participem ativamente da formulação de políticas com impacto global.

Na América Latina, o debate sobre governança multinível e a descentralização do poder internacional ganhou força a partir da ampliação das agendas de desenvolvimento e sustentabilidade. Mauad (2016) observa que o conceito de governança global surge como tentativa de explicar o funcionamento de uma ordem internacional na qual “o Estado já não é o único ator relevante, mas parte de um conjunto complexo de instituições, redes e práticas de cooperação” (Mauad, 2016, p. 63). A autora destaca ainda que essa nova configuração das relações internacionais é sustentada por uma interdependência sistêmica, que exige coordenação entre diferentes níveis decisórios e conduz à emergência de novos agentes de governança — entre eles, as cidades. Essas transformações estruturais abriram espaço para o protagonismo urbano nas relações internacionais. As cidades, antes vistas somente como unidades administrativas, passaram a assumir funções diplomáticas, econômicas e ambientais, articulando políticas próprias e estabelecendo vínculos diretos com organismos multilaterais e outras cidades ao redor do mundo. Esse processo está intimamente ligado ao que Mauad (2016) denomina “governança sem governo”, isto é, a atuação coordenada de múltiplos atores locais e globais em torno de objetivos compartilhados. Nessa lógica, o poder é difuso e relacional, e as cidades tornam-se nós estratégicos de uma rede transnacional de cooperação. Assim, a transição da lógica estatal para a governança

multinível representa um marco na evolução do sistema internacional. A globalização, ao promover fluxos interdependentes de capital, informação e conhecimento, redefiniu as fronteiras entre o interno e o externo, o público e o privado, o local e o global. Nesse contexto, as cidades emergem como atores políticos e diplomáticos, assumindo responsabilidades diretas na implementação de agendas globais — como as de sustentabilidade e inovação — e consolidando-se como espaços privilegiados da governança contemporânea.

A partir disso, o avanço da globalização redefiniu as bases da modernidade e transformou profundamente as relações políticas, econômicas e sociais. Anthony Giddens (1991) descreve a modernidade como um processo que “rompe com todas as formas tradicionais de ordem social” (p. 12), reorganizando o tempo e o espaço de modo a conectar realidades distantes e integrar experiências locais em sistemas de alcance mundial. Esse fenômeno, ao intensificar a interdependência entre sociedades, produz um mundo cada vez mais articulado por fluxos de informação, capital e pessoas, mas também permeado por incertezas e riscos. Como afirma o autor, “a globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (Giddens, 1991, p. 69). Essa reorganização da vida social em escala planetária não se limita ao campo econômico; ela transforma o próprio modo de pensar e agir da modernidade. Para Giddens (1991, p. 54), a expansão global dos sistemas modernos — mercado, ciência, tecnologia e Estado-nação — cria uma rede de interdependência que desafia a previsibilidade, tornando o risco uma dimensão constitutiva da vida contemporânea. Assim, o desenvolvimento deixa de ser um processo linear conduzido pelos Estados e depende de estruturas complexas de coordenação e confiança, nas quais o global e o local se entrelaçam permanentemente.

Contudo, Santos (2002) argumenta que a globalização não é um processo único e homogêneo, mas uma multiplicidade de “globalizações”, cada uma delas expressando relações de poder e projetos de dominação específicos. Para o autor, a globalização hegemônica é impulsionada pela lógica neoliberal, que promove a financeirização da economia e a privatização das esferas públicas, subordinando as políticas nacionais às regras do mercado global. Dito isso, é possível observar que “a economia mundial tem sido dominada por uma nova classe capitalista transnacional que concentra parte significativa da produção e dos fluxos financeiros mundiais” (Santos, 2002, p. 17), aprofundando as desigualdades entre centro e periferia. Boaventura (2002) propõe, portanto, uma distinção

entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica, esta última baseada em práticas solidárias e sustentáveis que emergem das sociedades civis e dos movimentos locais. Essa perspectiva crítica é essencial para compreender que o desenvolvimento, na era global, é um campo de disputas políticas e culturais e não somente um indicador econômico.

Do ponto de vista histórico e econômico, é possível identificar a globalização como a culminância de um processo de expansão capitalista iniciado nos anos 1970, caracterizado pela liberalização financeira e pela crescente influência de organismos multilaterais sobre as políticas nacionais (Barbosa, 2004). Em continuidade, ao mesmo tempo em que o mundo globalizado amplia as possibilidades de crescimento, ele também redefine as funções do Estado, que passa a atuar mais como regulador do que como promotor direto do desenvolvimento. Segundo Barbosa (2004, p. 42), “a globalização, ao subordinar as economias nacionais à lógica dos mercados globais, impõe novas formas de dependência e limita as margens de autonomia política dos países periféricos”. Essa condição leva a uma tensão estrutural entre soberania e interdependência, exigindo novos instrumentos de governança capazes de equilibrar competitividade e justiça social. Sob essa ótica, e ampliando mais o debate, o conceito de “glocalização” se faz presente, expressando a coexistência e o entrelaçamento entre o global e o local (Lourenço, 2014). Ou seja, o mundo globalizado é caracterizado por uma “dupla dinâmica de homogeneização e diferenciação” (Lourenço, 2014, p. 20), na qual as cidades e regiões precisam se adaptar aos fluxos globais sem perder suas identidades culturais e suas capacidades de planejamento sustentável. As transformações econômicas e tecnológicas demandam um reposicionamento estratégico das cidades, que se tornam espaços privilegiados de inovação e experimentação política (Lourenço, 2014). Assim, a *glocalização* oferece um caminho teórico para compreender como a globalização, longe de suprimir o local, redefine sua função e potencializa seu papel como agente de desenvolvimento.

Sob essa ótica, a globalização da economia e da informação faz das cidades atores políticos centrais no sistema mundial. Para os autores Manuel Castells e Jordi Borja (1996), “as cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica e cultural” (p. 152). Esse protagonismo decorre de sua capacidade de articular governos locais, empresas, organizações civis e instituições internacionais em torno de agendas comuns de desenvolvimento. Além disso, em um mundo marcado pela interdependência, as cidades tornam-se espaços estratégicos de governança e inovação, capazes de atrair investimentos, promover sustentabilidade e atuar como mediadoras entre o global e o local. Assim, a globalização e a interdependência inauguram uma nova fase da

modernidade, na qual os desafios do desenvolvimento não podem mais ser compreendidos somente em escala nacional, exigindo, hoje, um diálogo contínuo entre níveis globais e locais, entre atores públicos e privados, e entre agendas econômicas e sociais.

Acerca dessa lógica, se faz possível evidenciar que o cenário global contemporâneo, marcado pela interdependência e pela complexidade das relações multilaterais, impulsionou uma profunda transformação na forma de se compreender o papel dos atores internacionais. Tradicionalmente, a teoria das Relações Internacionais concebia o Estado-nação como o único agente legítimo das interações externas. Entretanto, a intensificação da globalização e o avanço das redes de governança multinível favoreceram a emergência de novos sujeitos na arena internacional, entre os quais se destacam as cidades (Cornago, 2000). Essa transição representa não apenas uma descentralização do poder, mas também a reconfiguração da diplomacia em direção a formas mais flexíveis e participativas, conhecidas como “paradiplomacia” (Cornago, 2000, p. 12). Isso posto, de acordo com Noé Cornago (2000), o surgimento da paradiplomacia está relacionado à crise da diplomacia tradicional e à redefinição do conceito de segurança internacional. O autor explica que, diante de problemas transnacionais como as mudanças climáticas, as migrações e o desenvolvimento urbano, “as fronteiras entre o interno e o externo tornam-se cada vez mais porosas” (Cornago, 2000, p. 15). Assim, governos subnacionais — incluindo estados, províncias e cidades — passam a atuar internacionalmente para proteger interesses locais e buscar soluções cooperativas para desafios globais. Essa expansão do campo diplomático não ameaça o Estado, mas o complementa, configurando o que Cornago denomina de “nova diplomacia plural”, na qual múltiplos níveis de governo interagem de maneira interdependente.

Em continuidade, voltando para o contexto latino-americano, o fenômeno da paradiplomacia assume particular relevância em países em desenvolvimento, onde a descentralização política e a pressão por inserção internacional se combinam com fortes desigualdades socioeconômicas (Salomón, 2011). Dito isso, “a paradiplomacia no mundo em desenvolvimento surge como resposta à necessidade de os governos locais se tornarem protagonistas da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável” (Salomón, 2011, p. 245). No caso brasileiro, essa tendência intensificou-se a partir da Constituição de 1988, que fortaleceu o federalismo cooperativo e ampliou a autonomia municipal. Desde então, as cidades brasileiras vêm articulando agendas de internacionalização voltadas para o intercâmbio tecnológico, o turismo, a captação de investimentos e o enfrentamento de problemas urbanos comuns.

Diante disso, a globalização produziu um “deslocamento do foco do poder internacional do Estado para os governos locais”, possibilitando que as cidades se tornem espaços estratégicos de ação política e diplomática (Ribeiro, 2014, p. 5). Esse processo é o resultado direto da interdependência global e da crescente importância das metrópoles na economia mundial. A paradiplomacia, nesse sentido, emerge como “um instrumento de projeção internacional de interesses locais e de inserção competitiva no sistema global” (Ribeiro, 2014, p. 7). Assim, as cidades passam a atuar não apenas como espaços administrativos, mas como atores políticos conscientes de seu papel na governança global. Ademais, Sofia Santos (2021) reforça essa perspectiva ao definir a “cidade-ator” como uma unidade política capaz de exercer influência nas dinâmicas internacionais por meio de redes, fóruns e cooperações descentralizadas. Para a autora, as cidades são hoje agentes de diplomacia e inovação, atuando na esfera internacional mediante estratégias que transcendem os limites do Estado (Santos, 2021). A urbanização acelerada e a necessidade de soluções locais para problemas globais — como mobilidade, sustentabilidade e desigualdade — fizeram das cidades laboratórios de governança e interlocutoras legítimas de organizações internacionais e blocos regionais. Dessa forma, o protagonismo urbano não é apenas reflexo da globalização, mas também um movimento de resistência e adaptação à sua lógica centralizadora.

No contexto brasileiro, a paradiplomacia municipal se consolidou como um campo institucional e estratégico, visto que as cidades e os estados brasileiros vêm assumindo papéis crescentes na cena internacional, firmando acordos, participando de redes e atraindo investimentos (Rodrigues, 2021, p. 41). Esse processo se manifesta tanto em capitais com forte infraestrutura e capacidade técnica — como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre — quanto em municípios de médio porte que utilizam a cooperação internacional como ferramenta de desenvolvimento. Rodrigues (2021), portanto, indica que a inserção internacional subnacional deve ser entendida como parte de uma diplomacia federativa, na qual os diferentes níveis de governo colaboram para a projeção externa do país.

Complementarmente, André Aprigio (2019) estabelece uma ponte conceitual entre interdependência e paradiplomacia, destacando que a atuação internacional das cidades não é apenas uma consequência da globalização, mas também uma resposta estratégica a ela. Em sua análise, a paradiplomacia surge como resultado da necessidade de adaptação das cidades à lógica interdependente do sistema internacional (Aprigio, 2019, p. 18). Para o autor, o fortalecimento dos vínculos internacionais locais expressa a capacidade dos entes

subnacionais de agir de forma autônoma e colaborativa, especialmente em áreas como meio ambiente, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável.

Em vista disso, o surgimento da cidade como ator das Relações Internacionais representa uma mudança paradigmática: o poder se torna distribuído, a diplomacia se horizontaliza e o desenvolvimento passa a depender da capacidade de cooperação em múltiplos níveis. As cidades deixam de ser meros objetos das políticas nacionais e se tornam sujeitos ativos da governança global, atuando tanto por meio de redes internacionais de cooperação — como a C40 e a Rede Mercocidade<sup>2</sup>s — quanto pela construção de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa transformação redefine a própria noção de soberania e inaugura uma nova etapa da política internacional, na qual o local e o global se encontram nas práticas cotidianas da gestão urbana e da diplomacia descentralizada.

## 1.2 O paradigma das cidades inteligentes

O conceito de cidades inteligentes consolidou-se no campo dos estudos urbanos como resposta às transformações tecnológicas, ao crescimento populacional e aos desafios da sustentabilidade. Embora amplamente difundido, o termo *smart city* nunca alcançou consenso definitivo, pois sua definição varia conforme o enfoque adotado. A literatura crítica observa que o conceito tornou-se uma palavra-chave da modernidade digital, frequentemente utilizada de maneira ambígua e associada a ideias de eficiência, flexibilidade e inovação, sem necessariamente indicar mudanças estruturais na vida urbana (Bria; Morozov, 2022). Nesse sentido, os autores lembram que “a ‘smart city’ é certamente um dos conceitos ‘Smart’ mais proeminentes [...] e também é um dos termos que traz mais consequências e é da maior importância política” (Bria; Morozov, 2022, p. 14). Dito isso, a definição mais citada no campo das políticas urbanas foi apresentada por Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2011), que afirmam que uma cidade é inteligente quando investimentos em capital humano e social, infraestruturas de comunicação e desenvolvimento sustentável, resultando na melhoria da qualidade de vida, na eficiência dos serviços e no uso racional dos recursos naturais. Assim, o modelo europeu, sistematizado em seis dimensões — *smart economy*, *smart mobility*, *smart environment*, *smart people*, *smart living* e *smart governance* — reforça essa visão holística,

---

<sup>2</sup> Enquanto o C40 é uma rede global de quase 100 das maiores e mais influentes cidades do mundo, focada exclusivamente no combate à crise climática e no desenvolvimento sustentável (C40 Cities Climate Leadership Group, 2026). A rede de Mercocidades é uma organização de cooperação horizontal criada em 1995, que reúne cidades da América do Sul, com forte inserção no contexto do Mercosul (Prefeitura de São Paulo, 2015).

articulando inovação, competitividade, sustentabilidade e participação cidadã como pilares da inteligência urbana (Giffinger et al., 2007).

Acerca dessa lógica, ao mesmo tempo, abordagens mais recentes argumentam que a verdadeira inteligência urbana não se limita à digitalização de sistemas, mas emerge da capacidade das cidades de integrar tecnologia, cultura, democracia e metabolismo urbano (Allam e Newman, 2022). Allam e Newman (2022) defendem que a inteligência deve ser entendida a partir de três eixos — cultura, metabolismo e governança urbana — deslocando o debate de um modelo tecnocrático para uma concepção centrada na vida urbana em sua complexidade. Em vista disso, para os autores, a tecnologia só tem sentido quando a cidade incorpora elementos humanos e ecológicos capazes de orientar soluções sustentáveis e democráticas (Allam; Newman, 2022). No entanto, a crítica de Hollands (2008) afirma que o discurso das “smart cities” muitas vezes mascara problemas estruturais e reforça soluções padronizadas. Ele questiona indicando que modelos centrados apenas em indicadores ou kits tecnológicos não representam a complexidade urbana contemporânea (Hollands, 2008). Assim, abre-se caminho para uma compreensão mais robusta das dimensões que constituem o paradigma das cidades inteligentes.

Nesse contexto, a dimensão tecnológica permanece central no debate, especialmente pela capacidade de integrar sistemas urbanos por meio de sensores, redes digitais, big data e Internet das Coisas<sup>3</sup> (IoT). Como destacam Batty et al. (2012), as cidades inteligentes são caracterizadas pela fusão entre infraestruturas físicas e redes computacionais que permitem monitoramento constante e integração entre transportes, energia e serviços públicos. Em vista disso, essa visão representa o núcleo dos primeiros modelos de “smart cities”, nos quais a tecnologia opera como motor da eficiência urbana. Contudo, a centralidade da tecnologia nas cidades inteligentes, embora frequentemente associada à eficiência e otimização urbana, também pode acarretar riscos significativos relacionados ao controle social e à vigilância digital. Bria e Morozov (2022) alertam que a adoção de plataformas tecnológicas privadas pode resultar na concentração de dados e poder decisório nas mãos de empresas e gestores pouco transparentes, afetando diretamente a autonomia cidadã e os princípios democráticos. Conforme observam os autores, a “smart city” pode transformar-se em instrumento de governança tecnocrática, caso a tecnologia não seja acompanhada de mecanismos de controle social e participação política efetiva (Bria; Morozov, 2022). Dito isso, a expansão de

---

<sup>3</sup> Como conceito de IoT, afirmar que: uma vez que qualquer dispositivo ligado à internet pode ser identificado por meio de endereços universais (chamados de endereços IP), é possível imaginarmos que qualquer “coisa” possa prover informações a esse ambiente e se comunicar com qualquer outra “coisa” que nela esteja conectado. (Junior, 2018)

dispositivos conectados e sensores urbanos intensifica a capacidade de monitoramento comportamental por parte de instituições públicas e corporações privadas, produzindo novas formas de controle social que se consolidam como “um modelo de governamentalidade baseado na captura e análise de dados em tempo real” (Lemos et al., 2018, p. 24). Ademais, podemos observar que “as tecnologias digitais, ao mesmo tempo em que potencializam a gestão urbana, podem ampliar desigualdades, estabelecendo dinâmicas de vigilância algorítmica capazes de restringir liberdades e induzir comportamentos sociais” (Lemos et al., 2018, p. 30).

Diante desse cenário, autores como McBride, Cingolani e Hammerschmid (2022) advogam por um modelo de cidade inteligente centrado no ser humano (*human-centric smart city*), no qual a tecnologia é utilizada como ferramenta de promoção do valor público, e não como mecanismo de controle. A integração das críticas tecnopolíticas, portanto, reforça a necessidade de que o paradigma das “smart cities” incorpore princípios de transparência, governança ética de dados, participação cidadã e regulação democrática, sob pena de reproduzir novas formas de vigilância institucionalizada e autoritária. Ademais, no modelo de *human-centric smart cities*, as políticas digitais precisam ser orientadas à criação de valor público e à participação direta dos cidadãos na formulação das soluções urbanas. Essa perspectiva aproxima-se de Jan Gehl (2013), para quem cidades inteligentes só fazem sentido se forem “cidades para pessoas”, valorizando convivência, mobilidade humana e vitalidade social — mesmo que por caminhos distintos, os dois enfoques convergem ao afirmar que tecnologia não substitui urbanismo humanizado. Assim, a inteligência urbana deve ser construída não apenas com sensores e algoritmos, mas sobretudo com base em garantias democráticas, respeito aos direitos digitais e mecanismos de controle público sobre tecnologias urbanas.

Em continuação, outra dimensão indispensável é a ambiental, que associa cidades inteligentes ao enfrentamento da crise climática e à transição para modelos urbanos de baixo impacto ambiental. Segundo Newman e Allam (2022), o metabolismo urbano — entendido como os fluxos de energia, água, materiais e alimentos que entram e saem da cidade — deve ser monitorado, reorganizado e, idealmente, reduzido com apoio das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), de modo a promover eficiência energética, diminuir emissões de carbono e ampliar a resiliência climática. Os autores defendem que a cidade inteligente sustentável transcende a lógica da mitigação e incorpora processos regenerativos, utilizando tecnologias digitais para promover a adaptação climática, a gestão de riscos e o reequilíbrio ecossistêmico do ambiente urbano (Newman; Allam, 2022). Nesse sentido, os debates

contemporâneos incorporam a infraestrutura verde como componente central da inteligência ambiental. Newman e Allam (2022) ressaltam que a cidade inteligente não se baseia apenas em redes digitais, mas também na reconfiguração física do território para promover “sistemas urbanos integrados à natureza, que atuam como corredores ecológicos e contribuem para a melhoria da qualidade do ar, da biodiversidade e do conforto ambiental” (Newman; Allam, 2022, p.42). Essa perspectiva envolve o uso de coberturas vegetadas, paredes verdes, parques lineares, ciclovias arborizadas e soluções baseadas na natureza (Nature-Based Solutions – NBS), capazes de mitigar ilhas de calor e promover conforto térmico e hídrico. A densificação vegetativa, quando combinada ao planejamento urbano digital, torna-se elemento estratégico para enfrentar os efeitos do aquecimento global nas cidades, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar psicológico dos cidadãos. Isso posto, essa abordagem situa as “smart cities” em uma agenda mais ampla de sustentabilidade, também promovida por iniciativas como a *United for Smart Sustainable Cities* (U4SSC). Dito isso, o documento elaborado pela coalizão internacional destaca que cidades inteligentes devem incorporar princípios de circularidade urbana, eficiência energética, gestão ecológica dos resíduos, transição para fontes renováveis e estratégias de mitigação e adaptação climática, alinhando-se ao ODS 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”) e à Agenda 2030 na totalidade (U4SSC, 2016). Dessa forma, a dimensão ambiental das cidades inteligentes passa a ser compreendida para além do uso eficiente de recursos, assumindo caráter estratégico na reestruturação urbana orientada à sustentabilidade, à regeneração ambiental e à preservação intergeracional.

Além disso, a dimensão econômica é debatida como o “driver” central das cidades inteligentes, destacando competitividade, inovação e atração de investimentos. O eixo *smart economy* envolve desenvolvimento de setores intensivos em conhecimento, estímulo ao empreendedorismo, economia criativa e criação de um ambiente urbano capaz de atrair talentos e empresas globais. Conforme Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2011), o crescimento econômico sustentável nas cidades inteligentes decorre da interação entre “capital humano qualificado, mobilidade eficiente, inovação tecnológica e redes digitais, formadas como base para o desenvolvimento competitivo” (Caragliu; Del Bo; Nijkamp, 2011, p. 50). Para os autores, os investimentos em tecnologia e conhecimento produzem efeitos multiplicadores no desenvolvimento territorial, criando ambientes propícios ao surgimento de novos negócios, à atração de investimentos externos e à integração dos mercados locais às cadeias globais de produção. Para além dessa perspectiva, Carlos Leite (2012) destaca que modelos econômicos urbanos precisam incorporar princípios de circularidade, eficiência energética e inovação

sustentável, especialmente diante do esgotamento do paradigma linear de consumo e produção. Assim, isso implica promover economias urbanas mais verdes, baseadas em baixa emissão de carbono, na revalorização de resíduos e no incentivo a tecnologias limpas, articuladas com a governança inteligente e instrumentos de planejamento urbano sustentável.

Por fim, a dimensão política — ou *smart governance* — é apontada como o eixo estruturante das cidades inteligentes contemporâneas. A governança inteligente envolve transparência, uso ético de dados, integração entre setores, participação cidadã e processos decisórios orientados por evidências. McBride, Cingolani e Hammerschmid (2022) destacam que capacidades administrativas, controle democrático e segurança digital são essenciais para garantir que tecnologias fortaleçam, e não substituam, mecanismos de deliberação pública. Ao mesmo tempo, as cidades inteligentes só serão verdadeiramente democráticas se enfrentarem a lógica neoliberal que concentra tecnologias e dados nas mãos de grandes corporações (Bria; Morozov, 2022). Portanto, é preciso “retomar o controle sobre tecnologias, dados e infraestruturas” para que as cidades possam construir uma inteligência urbana orientada pelo interesse público e não pelo mercado (Bria; Morozov, 2022, p. 7)

Nesse cenário, o paradigma das cidades inteligentes não pode ser compreendido apenas à luz do avanço tecnológico, mas exige a incorporação de dimensões institucionais e sociais, nas quais a governança, a participação cidadã e a inovação desempenham papel central para o direcionamento estratégico dos processos de transformação urbana. Conforme argumentam Allam e Newman (2022), a governança inteligente emerge como eixo estruturante da “smart city” contemporânea, uma vez que representa a capacidade de integrar tecnologias digitais a sistemas decisórios democráticos, incorporando cultura, metabolismo urbano e valores locais como base para a ação pública. Em oposição aos modelos tecnocráticos dominados por corporações, a governança inteligente deve estar orientada para o interesse público, assegurando transparência, responsabilidade social e adaptação ambiental no longo prazo (Allam e Newman, 2022). Isso posto, grande parte dos modelos iniciais de cidades inteligentes reproduzia uma visão essencialmente corporativa e tecnocêntrica, articulada ao discurso de eficiência operacional, mas desvinculada do debate democrático. Dessa forma, uma cidade inteligente não pode ser apenas a mais tecnológica, mas precisa ser a mais democrática (Bria; Morozov, 2022, p. 14), indicando que a tecnologia só cumpre seu papel quando vinculada a mecanismos participativos e de controle público.

Ademais, nesse contexto, a participação cidadã assume caráter estratégico, uma vez que cidades inteligentes só podem ser consideradas efetivamente inteligentes quando incluem os indivíduos como coautores do desenvolvimento urbano, por meio de processos

colaborativos, instrumentos participativos e consulta permanente (Depiné, 2019). A criação de plataformas digitais e laboratórios urbanos pode favorecer o engajamento coletivo, desde que associado à construção social do conhecimento e à articulação entre sociedade civil, setor privado e governo (Depiné, 2019). No entanto, os estudos de Andion, Alperstedt e Graeff (2017), que descrevem a formação de ecossistemas de inovação social urbana como resultado da interação entre atores diversos, confirmam os processos de co-construção institucional capazes de transformar realidades locais por meio de soluções colaborativas. Segundo os autores, a inovação social depende da integração entre experimentação pública, participação cidadã e estratégias articuladas de governança urbana, posicionando a cidade como laboratório de práticas democráticas.

Em escala internacional, as Nações Unidas define a governança como um dos pilares da inteligência urbana sustentável. As “smart cities” devem promover estrutura institucional transparente, uso ético da tecnologia, participação cidadã mediada por plataformas digitais e integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 11, dedicado a “cidades e comunidades sustentáveis” (U4SSC, 2016). Nesse viés, governança, inovação e participação configuram-se como elementos interdependentes: enquanto a governança estabelece os meios e as regras, a inovação gera soluções e a participação garante legitimidade, continuidade e apropriação social das políticas públicas. Assim, a inteligência urbana resulta não apenas da capacidade técnica de operar infraestruturas digitais, mas sobretudo da habilidade de mobilizar pessoas, construir coletivamente soluções e assegurar a tomada de decisão democrática e sustentável.

Portanto, a conexão entre as cidades inteligentes e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é estruturante para o paradigma contemporâneo de desenvolvimento urbano. Conforme a iniciativa *United for Smart Sustainable Cities* (U4SSC, 2016), uma cidade só pode ser considerada verdadeiramente inteligente se for também sustentável, inclusiva e orientada para o bem-estar coletivo. O documento estabelece que as smart cities devem alinhar suas estratégias tecnológicas aos princípios da Agenda 2030, com foco prioritário no ODS 11 — “Cidades e comunidades sustentáveis” — mas também contribuindo para diversas metas interligadas, como acesso à energia limpa (ODS 7), inovação e infraestrutura (ODS 9), mitigação das mudanças climáticas (ODS 13) e fortalecimento das instituições (ODS 16). Em vista disso, conforme orienta a ONU, tecnologias digitais devem ser utilizadas para monitoramento de recursos urbanos, otimização da mobilidade, melhoria da gestão de resíduos e apoio à tomada de decisão baseada em dados, desde que associadas a modelos participativos e de governança transparente (U4SSC, 2016). O documento reafirma

que “a inteligência urbana deve ser construída com foco na criação de valor público” (U4SSC, 2016, p. 7), eliminando a visão tecnicista e reforçando a centralidade da sustentabilidade e da justiça social. Assim, a Agenda 2030 deixa de ser uma diretriz complementar e constitui uma matriz estratégica para o desenvolvimento de cidades inteligentes, tornando os ODS o eixo orientador da transformação digital com propósito socioambiental.

### **1.3 Desafios de implementação e experiências**

A ascensão do paradigma das *smart cities* no cenário global impôs uma nova dinâmica ao planejamento urbano, contudo, esta proposta se depara com obstáculos significativos, especialmente em contextos de notória desigualdade socioespacial, como o Brasil e a América Latina. A problemática central reside na dicotomia entre a eficiência tecnocêntrica e a equidade socio-espacial, suscitando a necessidade de uma análise crítica sobre os riscos de uma política pública de inovação que não esteja intrinsecamente vinculada à justiça social.

Nesse contexto, a trajetória do debate sobre *smart cities* tem sido marcada por uma perspectiva hegemônica que privilegia a dimensão tecnocrática, definindo a inteligência urbana primariamente pela otimização de serviços e pela infraestrutura digital. Contudo, autores como Gehl (2013) contestam essa visão reducionista ao advogar que o sucesso de uma cidade não se mede pela quantidade de cabos de fibra ótica, mas sim pela qualidade de vida que ela proporciona aos seus habitantes. Para Gehl (2013), o grande apelo do ambiente urbano reside na capacidade de transformar espaços orientados ao tráfego em “paraísos para as pessoas”, reforçando a necessidade de o planejamento focar na escala humana, na segurança e na vitalidade dos espaços públicos.

A tecnologia é fundamental para o funcionamento da cidade inteligente, entretanto sem uma democratização de acesso aos meios digitais existe um risco concreto de se criarem novas formas de exclusão. Assim, com vistas a evitar novos processos segregacionistas da vida urbana, a cidade inteligente deve ser pensada em conformidade com o direito à cidade (Paliologo; Gomes, 2017, p. 28).

Adicionalmente, o contexto brasileiro impõe desafios de ordem política e institucional. A inserção de políticas de inovação depende de uma capacidade técnica e orçamentária que frequentemente falta aos municípios. Ribeiro (2009) pontua que a atuação internacional das cidades brasileiras, mesmo em busca de soluções para problemas internos, como o desenvolvimento sustentável e a mobilidade, é limitada pela escassez de recursos, pela pouca prioridade política e pela falta de articulação institucional. Portanto, os desafios de

implementação em contextos desiguais não são meramente técnicos, mas sim profundas questões de governança e financiamento que exigem estratégias inovadoras.

Isso posto, a complexidade dos desafios de implementação faz com que o estudo de casos emblemáticos se torne crucial para identificar modelos de sucesso que aliam tecnologia e inclusão. Essas experiências servem como um balizador da importância de se priorizar o social sobre o tecnocrático. Nesse sentido, a experiência de Medellín, na Colômbia, é tida como um dos exemplos mais importantes de transformação urbana em um contexto de extrema desigualdade. O sucesso da cidade não decorreu primariamente da adoção de tecnologias de ponta, mas sim da implementação do Urbanismo Social (Echeverri, 2017), com um foco deliberado em investimentos de alta qualidade urbana e infraestrutura, como o Metrocable e as bibliotecas-parque, nas áreas mais vulneráveis. Dessa forma, a relevância de Medellín reside na prova cabal de que a inteligência urbana é uma função direta da inovação social e da capacidade de usar a infraestrutura para romper barreiras socioespaciais, elevando a qualidade de vida nas comunidades mais carentes.

No Brasil, por sua vez, o enfrentamento das limitações orçamentárias e técnicas – intrínsecas a contextos federativos complexos – impulsionou a paradiplomacia como uma estratégia de governança de importância capital. Essa atuação internacional, conforme analisado por Ribeiro (2009), é uma resposta direta à intensificação da globalização e da interdependência, onde as entidades subfederais buscam a inserção global para buscar investimentos e debater soluções comuns a seus problemas. Martins e Procopiuk (2023) detalham o caso de Curitiba, demonstrando que a municipalidade emprega a paradiplomacia de forma institucionalizada como uma “estratégia de governo” para suprir lacunas internas. A relevância desse mecanismo reside no fato de que essas iniciativas buscam soluções concretas em áreas críticas para o desenvolvimento da *smart city*, tais como meio-ambiente, mobilidade urbana, governança, além da promoção do *branding* e da atração de eventos (Martins; Procopiuk, 2023). Crucialmente, essa atuação abrange a celebração de termos de cooperação com pares internacionais e a organização de missões técnicas para buscar soluções já experimentadas em outras partes do mundo no nível local (Martins; Procopiuk, 2023). Nessa conjuntura, a paradiplomacia se configura como um mecanismo vital para mitigar as limitações orçamentárias e obter instruções necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas inovadoras. Portanto, a convergência dessas experiências demonstra que o desafio da implementação exige que a tecnologia seja compreendida não como um fim em si, mas como um catalisador de inclusão e um instrumento de justiça social, ancorado no Direito à Cidade e na primazia do planejamento humano.



## **2. PARADIPLOMACIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: INTERFACES E SINERGIAS COM AS CIDADES INTELIGENTES**

### **2.1 Desafios de implementação e experiências**

A emergência da paradiplomacia como objeto analítico nas Relações Internacionais está associada às transformações estruturais do sistema internacional ocorridas a partir da segunda metade do século XX, em especial no contexto da globalização, do enfraquecimento relativo do Estado-nação e da intensificação das interdependências econômicas, políticas e sociais entre territórios. Esse processo contribuiu para a ampliação do número de atores relevantes no cenário internacional, deslocando o monopólio da ação externa dos governos centrais e abrindo espaço para a atuação de entes subnacionais, como estados e municípios (Michelmann; Soldatos, 1990; Alvarez, 2020). Dito isso, tradicionalmente, a diplomacia foi concebida como uma prerrogativa exclusiva do Estado soberano, exercida por meio da política externa nacional e orientada pelos princípios da soberania, da unidade da ação internacional e do interesse nacional. No entanto, a partir do final do século XX, essa concepção passou a ser questionada, sobretudo em Estados federais e descentralizados, nos quais governos subnacionais passaram a desenvolver iniciativas próprias no plano internacional, motivadas por demandas econômicas, sociais e territoriais específicas (Soldatos, 1990; Junqueira, 2017).

Nesse sentido, o conceito de paradiplomacia foi sistematizado inicialmente por Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos nas décadas de 1980 e 1990. Duchacek utilizou o termo para designar as atividades internacionais desenvolvidas por unidades constitutivas de Estados federais, enfatizando que tais práticas não se confundiam com a diplomacia tradicional, mas tampouco eram necessariamente conflitivas com ela. Soldatos, por sua vez, contribuiu para a consolidação do conceito ao analisá-lo no âmbito do federalismo e das relações internacionais, destacando que a paradiplomacia corresponde à ação internacional de governos não centrais com vistas à promoção de interesses próprios, sobretudo nas esferas econômica, cultural e técnica (Duchacek, 1986; Soldatos, 1990). Em vista disso, a paradiplomacia pode ser compreendida como a inserção internacional de atores subnacionais — como estados, províncias, regiões e municípios — por meio de acordos, redes, cooperação técnica, missões internacionais e participação em fóruns multilaterais. Conforme sintetiza Junqueira, trata-se de uma política pública subnacional de natureza externa, conduzida por representantes legitimados democraticamente e orientada por objetivos de

desenvolvimento territorial, sem que isso implique, necessariamente, a ruptura com a política externa nacional (Junqueira, 2017). Além disso, é possível evidenciar que, embora o termo seja relativamente recente, a prática da atuação internacional de cidades e regiões não é nova. Experiências de cooperação transfronteiriça, redes comerciais urbanas e alianças regionais já eram observadas desde períodos históricos anteriores, como nas cidades-Estado da Grécia Antiga ou nas ligas comerciais medievais. Contudo, é no final do século XX que essas práticas se intensificam e se institucionalizam, impulsionadas pela globalização econômica, pela descentralização administrativa e pela crescente interdependência entre territórios (Junqueira, 2017).

Em continuidade, a expansão da paradiplomacia está intimamente relacionada às dinâmicas do federalismo e à redistribuição de competências entre os diferentes níveis de governo. Em Estados federais ou descentralizados, os governos subnacionais passaram a buscar soluções externas para demandas locais que não encontravam respostas suficientes na escala nacional, especialmente em áreas como comércio exterior, atração de investimentos, meio ambiente e cooperação para o desenvolvimento (Michelmann; Soldatos, 1990). Isso posto do ponto de vista teórico, o avanço da paradiplomacia também dialoga com abordagens que questionam o estatocentrismo nas Relações Internacionais. O debate sobre transnacionalismo e interdependência complexa, desenvolvido por autores como Keohane e Nye, contribuiu para ampliar o escopo analítico da disciplina, reconhecendo que fluxos de capital, informação, pessoas e políticas públicas ultrapassam as fronteiras estatais e envolvem uma multiplicidade de atores (Keohane; Nye, 1989). Ainda que, inicialmente, esses debates tenham priorizado atores não estatais como empresas transnacionais e organizações internacionais, abriram caminho para a incorporação progressiva dos entes subnacionais como atores relevantes.

Nesse cenário, a consolidação da paradiplomacia como campo de estudos ocorre, sobretudo, a partir da década de 1990, com a publicação de obras centrais como *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units*, organizada por Michelmann e Soldatos, e com a ampliação de estudos empíricos sobre a atuação internacional de regiões e cidades na Europa, na América do Norte e, posteriormente, na América Latina. Esse movimento acadêmico evidenciou que a paradiplomacia não representa uma ameaça à soberania estatal, mas sim um complemento funcional à política externa, desde que articulada de forma cooperativa com o governo central (Alvarez, 2020). Acerca dessa lógica, a normalização da paradiplomacia no sistema internacional contemporâneo reflete a necessidade de respostas multilaterais e multinível a problemas complexos, como mudanças

climáticas, desenvolvimento sustentável e competitividade econômica. Casos como a atuação de estados e cidades norte-americanas em defesa do Acordo de Paris, mesmo diante da retirada formal do governo federal, ilustram como a ação subnacional pode produzir impactos concretos na governança global, sem substituir o papel do Estado, mas ampliando sua capacidade de ação (Alvarez, 2020).

No contexto brasileiro, a paradiplomacia ganhou relevância a partir da redemocratização e da Constituição de 1988, que fortaleceu o papel dos entes subnacionais e estimulou processos de descentralização política e administrativa. A atuação internacional de estados e municípios brasileiros passou a se orientar majoritariamente por estratégias de cooperação, desenvolvimento econômico, promoção cultural e sustentabilidade, afastando-se da lógica conflitiva associada ao conceito de “protodiplomacia”<sup>4</sup> (Junqueira, 2017).

Dessa forma, a evolução histórica da paradiplomacia revela uma transformação gradual, tanto conceitual quanto prática, no entendimento da ação internacional. De uma diplomacia exclusiva dos Estados, o sistema internacional passou a incorporar múltiplos níveis de governança, nos quais cidades e regiões desempenham papel ativo. Essa trajetória fundamenta a compreensão da paradiplomacia como instrumento legítimo e estratégico de desenvolvimento, especialmente relevante no contexto das cidades inteligentes e da busca por soluções sustentáveis, tema que será aprofundado nas seções subsequentes.

No Brasil, a paradiplomacia consolida-se como um fenômeno progressivamente institucionalizado a partir do processo de redemocratização e da intensificação da globalização nas décadas finais do século XX. Embora a Constituição Federal de 1988 concentre formalmente a condução da política externa na União, observa-se uma ampliação significativa da atuação internacional de estados e municípios, sobretudo em áreas como cooperação técnica, promoção econômica, meio ambiente e políticas urbanas (Junqueira, 2017; Cornago, 2010). Esse movimento insere o país na tendência observada em nações em desenvolvimento, nas quais governos subnacionais passam a atuar internacionalmente como resposta às limitações do Estado central frente a demandas econômicas, sociais e ambientais cada vez mais complexas (Tavares, 2016). Dito isso, a paradiplomacia brasileira não surge como um fenômeno de contestação à soberania estatal, mas majoritariamente como uma prática complementar à política externa nacional, uma vez que, no contexto brasileiro, predomina uma paradiplomacia cooperativa, orientada pela busca de recursos, visibilidade internacional e soluções para problemas locais, em consonância com diretrizes federais. Essa

---

<sup>4</sup> A protodiplomacia “é entendida como a condução de relações internacionais por governos não centrais que têm como objetivo o estabelecimento de um Estado soberano” (Aguirre, 1999 apud Junqueira, 2017, p.50)

característica diferencia o Brasil de contextos onde a paradiplomacia assume contornos identitários ou separatistas, reforçando seu caráter instrumental e pragmático (Junqueira, 2017; Soldatos, 1990).

Em continuidade, a institucionalização da paradiplomacia no Brasil ocorre, sobretudo, a partir da criação de estruturas administrativas específicas, como as Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) e assessorias internacionais vinculadas aos governos estaduais. Segundo Junqueira e Mariano (2017), essas estruturas representam um marco importante na consolidação da atuação internacional subnacional, ao conferir maior continuidade, profissionalização e legitimidade às iniciativas externas de estados e municípios. Tal institucionalização reflete a compreensão da paradiplomacia como política pública, e não como ação pontual ou personalista (Junqueira, 2017). Ademais, no plano federativo, o Brasil apresenta condições particularmente favoráveis à paradiplomacia em razão de seu modelo constitucional descentralizado. Ainda que a política externa seja prerrogativa da União, a autonomia administrativa e financeira dos entes subnacionais permite a estes estabelecer cooperação internacional em áreas de sua competência, como educação, saúde, desenvolvimento urbano e meio ambiente (Junqueira, 2017; Rodrigues, 2008). Essa margem de atuação tem sido explorada por governos locais que buscam inserir-se em redes internacionais de cidades, organismos multilaterais e programas de cooperação descentralizada (Tavares, 2016).

Nesse sentido, a paradiplomacia brasileira também se destaca pelo protagonismo crescente das cidades, especialmente das grandes metrópoles e capitais estaduais. Municípios como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre desenvolveram agendas internacionais voltadas à atração de investimentos, à diplomacia climática, à inovação urbana e à participação em redes transnacionais, como Mercocidades, C40 e ICLEI (Junqueira, 2017; Cornago, 2010). Esse movimento reforça a compreensão das cidades como atores estratégicos da governança global, capazes de articular respostas locais a desafios globais.

No âmbito dos países em desenvolvimento, a experiência brasileira dialoga com a literatura que identifica a paradiplomacia como ferramenta de desenvolvimento. De acordo com Kuznetsov (2015), em contextos periféricos e semi periféricos, a atuação internacional subnacional tende a ser orientada por objetivos econômicos e sociais, como captação de recursos, transferência de tecnologia e fortalecimento institucional. No Brasil, essa lógica manifesta-se especialmente na busca por cooperação técnica internacional, financiamento de projetos urbanos e intercâmbio de boas práticas em políticas públicas (Kuznetsov, 2015; Junqueira, 2017).

Além da dimensão econômica, a paradiplomacia brasileira tem assumido crescente relevância na agenda ambiental e climática. Estados e municípios passaram a atuar diretamente em fóruns internacionais sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e desenvolvimento urbano sustentável, muitas vezes antecipando compromissos assumidos ao nível nacional (Tavares, 2016). Nesse cenário, a paradiplomacia favorece a internalização de compromissos internacionais no plano local, contribuindo para a implementação de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A experiência brasileira evidencia que iniciativas de cooperação descentralizada têm sido utilizadas para fortalecer capacidades institucionais, promover inovação administrativa e apoiar políticas urbanas e ambientais, especialmente em áreas como mobilidade, habitação, meio ambiente e inclusão social (Batista, 2019). Assim, a paradiplomacia opera como elo entre a governança global e a ação pública local, reforçando a lógica da governança multinível.

Nesse viés, a Organização das Nações Unidas reconhece explicitamente o papel dos governos locais e regionais na promoção do desenvolvimento sustentável urbano. No âmbito da iniciativa United for Smart Sustainable Cities (U4SSC), a ONU destaca que a atuação internacional das cidades é fundamental para integrar sustentabilidade, inovação e inclusão social, especialmente no contexto da Agenda 2030. Segundo o U4SSC, estratégias internacionais desenvolvidas por governos subnacionais contribuem para acelerar a implementação do ODS 11 — “Cidades e Comunidades Sustentáveis” — ao promover cooperação internacional, inovação urbana e compartilhamento de soluções sustentáveis (U4SSC, 2016). Isso posto, a paradiplomacia se insere em um contexto de governança multinível, no qual diferentes escalas de governo compartilham responsabilidades na promoção do desenvolvimento sustentável. A implementação internacional de políticas públicas e os governos subnacionais desempenham um papel estratégico na tradução de compromissos internacionais em ações concretas, atuando como mediadores entre normas globais e realidades locais (Farias; Fernandes; Carvalho, 2016). Essa mediação é particularmente relevante em países federativos como o Brasil, onde a descentralização administrativa amplia o protagonismo de estados e municípios.

Portanto, a experiência brasileira evidencia que a paradiplomacia tem sido mobilizada como instrumento de desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos urbanos. A análise da paradiplomacia do Rio de Janeiro entre 2007 e 2017, por exemplo, demonstra que a atuação internacional municipal foi utilizada para captar recursos, estabelecer cooperação técnica e fortalecer políticas públicas nas áreas de desenvolvimento urbano, meio ambiente e inovação (Batista, 2019). Ilustrando como a paradiplomacia pode ser institucionalizada como

política pública, orientada por objetivos de longo prazo e integrada às estratégias de desenvolvimento local.

Em continuidade, a paradiplomacia não se constitui como um fenômeno homogêneo, mas assume distintas modalidades, conforme os objetivos, os instrumentos mobilizados e as áreas de atuação dos governos subnacionais no plano internacional. Dessa forma, é possível destacar que essas modalidades refletem o aprofundamento da interdependência e a ampliação dos espaços de ação internacional dos entes subnacionais, que passam a operar em múltiplas frentes para além da diplomacia tradicional conduzida pelos Estados centrais (Aprígio, 2013). Nesse sentido, uma das modalidades mais recorrentes é a paradiplomacia política, relacionada à participação de governos subnacionais em redes internacionais, fóruns multilaterais, associações de cidades e espaços de governança global. Segundo Cezário (2011), essa dimensão política envolve a busca por reconhecimento, influência e legitimação internacional, permitindo que municípios e estados atuem como atores políticos no sistema internacional, ainda que sem “status” soberano. Essa atuação se manifesta, por exemplo, na participação em redes como Mercocidades, Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e fóruns temáticos internacionais, nos quais os governos locais contribuem para a formulação e difusão de agendas globais.

Para além, a paradiplomacia econômica constitui outra modalidade central, voltada à promoção do desenvolvimento local por meio da inserção econômica internacional. Conforme analisado por Cezário, essa dimensão engloba ações de atração de investimentos estrangeiros diretos, promoção comercial, internacionalização de empresas locais e construção da marca territorial, articulando políticas urbanas e estratégias de competitividade global (Cezário, 2011). Banzatto ressalta que, especialmente em contextos periféricos ou fronteiriços, a paradiplomacia econômica torna-se um instrumento fundamental para ampliar oportunidades de crescimento e reduzir assimetrias regionais (Banzatto, 2013).

Ademais, a modalidade cultural da paradiplomacia desempenha papel estratégico na inserção internacional dos governos subnacionais, embora seja frequentemente tratada de forma marginal na literatura especializada. Essa dimensão envolve intercâmbios culturais, educacionais e científicos, programas de mobilidade acadêmica, gemações de cidades, cooperação universitária e iniciativas de diplomacia cultural voltadas à valorização do patrimônio material e imaterial (Aprígio, 2013). Para Aprígio (2013), a paradiplomacia cultural atua como mecanismo de construção simbólica do território, contribuindo para o fortalecimento da identidade local e para a projeção internacional das cidades, ao mesmo tempo em que cria ambientes de confiança e reconhecimento mútuo entre atores subnacionais

(Aprígio, 2013). Acerca dessa lógica, a cultura deixa de ser apenas elemento acessório da cooperação internacional e passa a funcionar como vetor estruturante de relações políticas e econômicas, frequentemente antecedendo acordos formais e parcerias institucionais mais robustas. Além disso, a paradiplomacia cultural possui papel relevante na promoção do desenvolvimento local, ao articular políticas culturais com estratégias de turismo, economia criativa e educação internacional. Ao promover festivais, intercâmbios artísticos e cooperação acadêmica, os governos subnacionais ampliam sua visibilidade externa e fortalecem redes transnacionais de conhecimento, que podem gerar impactos duradouros sobre a inovação social e urbana. Assim, essa modalidade contribui para uma forma “suave” de internacionalização, baseada em valores, narrativas e capital simbólico, reduzindo custos políticos e institucionais e ampliando a legitimidade social da atuação internacional subnacional (Aprígio, 2013).

Ademais, outra modalidade que tem ganhado centralidade é a paradiplomacia ambiental, diretamente relacionada à crescente inserção das cidades na agenda global de sustentabilidade e enfrentamento das mudanças climáticas. Isso posto, à medida que os governos locais se tornam responsáveis pela implementação de políticas ambientais e urbanas, intensifica-se sua atuação internacional em temas como gestão de resíduos, mobilidade sustentável, energia limpa e adaptação climática (Cezário, 2011). Essa modalidade emerge, portanto, como resposta à insuficiência das escalas nacionais para lidar com problemas ambientais de caráter global, mas com impactos eminentemente locais. Nesse cenário, a paradiplomacia ambiental manifesta-se por meio da participação em redes internacionais de cidades, cooperação técnica, captação de recursos externos e adesão a compromissos climáticos globais, permitindo que governos subnacionais acessem conhecimento especializado, financiamento e boas práticas. Essa atuação reforça a lógica da governança multinível, na qual cidades e regiões não apenas implementam decisões globais, mas também influenciam sua formulação (Cezário, 2011). Dessa forma, a dimensão ambiental da paradiplomacia consolida-se como instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, articulando políticas públicas locais a agendas globais e ampliando o protagonismo internacional dos territórios.

Por fim, essas modalidades não operam isoladamente, mas frequentemente se sobrepõem e se articulam. Banzatto destaca que iniciativas de cooperação descentralizada, especialmente em regiões de fronteira, combinam dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais, evidenciando o caráter multifacetado da paradiplomacia contemporânea (Banzatto, 2013). Em vista disso, a paradiplomacia deve ser compreendida como um conjunto

dinâmico de práticas internacionais, adaptadas às necessidades, capacidades institucionais e estratégias de desenvolvimento dos governos subnacionais.

## **2.2 A Paradiplomacia corporativa e a inserção do setor privado**

A paradiplomacia econômica emerge como uma resposta dos governos subnacionais às transformações estruturais do sistema internacional, marcadas pelo aprofundamento da interdependência econômica, pela descentralização produtiva e pela crescente competitividade entre territórios. Nesse contexto, a atuação internacional de estados e municípios passa a incorporar objetivos diretamente relacionados ao desenvolvimento econômico local, como a atração de investimentos, a promoção comercial, o estímulo à inovação e a inserção em redes econômicas transnacionais (Aprígio, 2013). Dito isso, ao analisar a relação entre paradiplomacia e interdependência, Aprígio (2013) argumenta que a ampliação do protagonismo internacional das cidades decorre da percepção de que o desenvolvimento econômico não pode mais ser conduzido exclusivamente a partir do nível nacional. Segundo o autor, os entes subnacionais passam a atuar internacionalmente para mitigar vulnerabilidades econômicas, diversificar parcerias e acessar oportunidades que extrapolam as capacidades tradicionais da política externa estatal. Essa dinâmica reforça o caráter pragmático da paradiplomacia econômica, orientada por resultados concretos no plano do desenvolvimento territorial.

Ademais, A institucionalização dessa atuação internacional é aprofundada na análise de Cezário (2011), que demonstra como a dimensão econômica figura entre os principais vetores da paradiplomacia municipal no Brasil. O autor evidencia que iniciativas como a criação de secretarias ou assessorias internacionais, a participação em feiras e missões comerciais e o estabelecimento de acordos de cooperação econômica refletem uma estratégia deliberada de inserção competitiva das cidades no cenário global. Para Cezário (2011), a paradiplomacia econômica se articula diretamente à busca por maior autonomia no planejamento do desenvolvimento local, ainda que condicionada por limitações institucionais e assimetrias regionais. No entanto, para além, é importante observar que a inserção internacional dos governos não centrais à construção de capacidades estatais e à formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. A paradiplomacia econômica não deve ser compreendida apenas como um conjunto de ações pontuais de promoção externa, mas como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento territorial, que envolve coordenação intergovernamental, diálogo com o setor produtivo e fortalecimento

institucional. Nesse sentido, a internacionalização subnacional aparece como instrumento de indução ao desenvolvimento, e não como um fim em si. (Banzatto, 2015).

Nesse sentido, a literatura converge ao indicar que a paradiplomacia econômica tende a produzir impactos mais significativos quando articulada a políticas públicas locais e regionais, capazes de integrar os fluxos internacionais às demandas internas do território. Aprício (2013) enfatiza que a interdependência global amplia as possibilidades de cooperação, mas também exige capacidade de gestão e planejamento por parte dos governos subnacionais. Cezário (2011) complementa ao observar que a ausência de institucionalização fragiliza os resultados da atuação internacional, enquanto Banzatto (2015) ressalta que a consolidação da paradiplomacia como política pública é condição essencial para sua contribuição efetiva ao desenvolvimento local. Em vista disso, a paradiplomacia econômica configura-se como uma ferramenta estratégica de desenvolvimento local, visto que permite aos territórios acessar recursos, conhecimentos e oportunidades externas, ao mesmo tempo em que fortalece capacidades internas. Ao atuar na interface entre economia, política pública e relações internacionais, os governos subnacionais ampliam sua margem de ação no cenário global, reforçando o papel das cidades e regiões como atores relevantes na promoção do desenvolvimento em um contexto de interdependência crescente (Aprício, 2013; Cezário, 2011; Banzatto, 2015).

Em continuidade, a internacionalização das empresas constitui um processo central nas transformações contemporâneas da economia global, impactando diretamente a organização produtiva dos territórios e suas estratégias de desenvolvimento. Conforme argumenta Brito (2010), a internacionalização não se restringe à ampliação de mercados externos, mas envolve um conjunto de decisões estratégicas relacionadas à forma de entrada, ao grau de comprometimento com o mercado internacional e à capacidade de adaptação das empresas a ambientes econômicos distintos. Esse processo assume especial relevância para o desenvolvimento territorial, visto que potencializa inovação, aprendizado organizacional e fortalecimento das estruturas produtivas locais. Isso posto, empresas, especialmente pequenas e médias, enfrentam limitações estruturais para acessar mercados internacionais, como escassez de capital, déficit tecnológico e fragilidade gerencial (Brito, 2010). Diante dessas restrições, observamos a importância de estratégias cooperativas de internacionalização, como consórcios de exportação, alianças estratégicas, redes empresariais e joint ventures. Esses arranjos reduzem riscos, promovem compartilhamento de recursos e fortalecem a competitividade coletiva, produzindo efeitos que extrapolam o

desempenho individual das firmas e se refletem no dinamismo econômico dos territórios onde estão inseridas (Brito, 2010).

Nesse contexto, é nesse ponto que se estabelece a conexão entre internacionalização empresarial e desenvolvimento territorial. Ao estimular formas cooperativas de inserção internacional, cria-se um ambiente propício à consolidação de cadeias produtivas locais mais articuladas, capazes de gerar externalidades positivas em termos de emprego, qualificação da mão de obra e inovação. Para Brito (2010), a cooperação empresarial no processo de internacionalização contribui para a construção de vantagens competitivas territoriais, reforçando a capacidade das economias locais de se integrarem de maneira mais sólida e sustentável aos fluxos globais.

Nesse viés, a atuação do poder público subnacional nesse processo é analisada por Senhoras (2016) a partir do conceito de *paradiplomacia corporativa*. Segundo o autor, essa modalidade de paradiplomacia refere-se à interação estratégica entre governos subnacionais e o setor empresarial nas relações econômicas internacionais, visando promover a inserção competitiva dos territórios. Diferentemente de uma diplomacia tradicional centrada no Estado nacional, a paradiplomacia corporativa reconhece o protagonismo das empresas como agentes centrais da economia internacional, ao mesmo tempo em que atribui aos governos locais um papel de coordenação, indução e suporte institucional. Ademais, a paradiplomacia empresarial se manifesta por meio de ações como missões comerciais, promoção internacional de territórios, apoio à internacionalização de empresas e atração de investimentos estrangeiros. Essas iniciativas não apenas ampliam a presença internacional do setor produtivo local, mas também contribuem para a construção de uma imagem territorial competitiva, capaz de atrair fluxos econômicos e parcerias estratégicas. Assim, a paradiplomacia corporativa opera como um mecanismo de mediação entre interesses empresariais e estratégias públicas de desenvolvimento (Senhoras, 2016).

A articulação entre as estratégias de internacionalização empresarial discutidas por Brito (2010) e o conceito de “paradiplomacia corporativa” formulado por Senhoras (2016) permite compreender como a inserção internacional das empresas pode ser integrada a projetos mais amplos de desenvolvimento territorial. Enquanto Brito enfatiza a importância da cooperação empresarial para superar limitações estruturais, Senhoras evidencia que o apoio institucional dos governos subnacionais é fundamental para criar condições favoráveis à internacionalização, sobretudo em economias periféricas ou emergentes. Dessa forma, a paradiplomacia corporativa pode ser compreendida como um instrumento estratégico capaz de articular políticas públicas, interesses empresariais e dinâmicas internacionais em favor

do desenvolvimento territorial. Ao apoiar estratégias cooperativas de internacionalização, os governos subnacionais ampliam a capacidade das empresas locais de competir no mercado global, ao mesmo tempo em que fortalecem a base econômica dos territórios. Essa interação entre setor público e setor privado evidencia que a inserção internacional, quando institucionalmente coordenada, pode se converter em um vetor relevante de desenvolvimento econômico e territorial (Brito, 2010; Senhoras, 2016).

Em continuidade, a crescente complexidade dos problemas públicos contemporâneos provoca uma reconfiguração do papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas. Conforme argumenta Faria (2012), as políticas públicas deixaram de ser compreendidas exclusivamente como produtos de decisões estatais hierarquizadas, sendo concebidas como processos multifacetados, nos quais interagem atores estatais e não estatais em diferentes escalas. Nesse contexto, as Relações Internacionais tornam-se um campo analítico fundamental para compreender como dinâmicas globais, transnacionais e locais influenciam a ação estatal e a definição de políticas públicas. Dito isso, Faria (2012) destaca que a internacionalização das agendas públicas amplia o número de atores envolvidos no processo decisório, incorporando empresas, organizações internacionais, redes técnicas e atores privados à arena de formulação e implementação de políticas. Essa ampliação não implica a perda da centralidade do Estado, mas sim sua atuação em novos arranjos institucionais, nos quais o poder público assume funções de coordenação, regulação e indução. Assim, a interação entre Estado e setor privado passa a ser entendida como parte constitutiva das políticas públicas contemporâneas, especialmente em áreas fortemente impactadas pela globalização econômica.

Nesse sentido, as políticas públicas globais emergem como respostas a problemas que ultrapassam fronteiras nacionais e não podem ser solucionados por Estados isoladamente. Nessas circunstâncias, a cooperação entre governos, empresas e outros atores privados torna-se não apenas desejável, mas necessária, uma vez que o setor privado passa a desempenhar papel ativo na provisão de bens públicos globais, seja por meio de investimentos, inovação tecnológica ou participação em arranjos regulatórios híbridos (Reinicke, 1997). Nesse viés, a interação público-privada deve ser compreendida como uma estratégia deliberada de política pública, e não como mera transferência de responsabilidades do Estado para o mercado. Reinicke (1997) enfatiza que parcerias entre Estado e setor privado exigem marcos institucionais claros, mecanismos de *accountability* e coordenação política, sob pena de comprometer o interesse público. Assim, a atuação

conjunta não elimina o papel do Estado, mas redefine suas funções em contextos de interdependência global.

Outrossim, a implementação de políticas públicas em escala global ocorre por meio de arranjos híbridos, nos quais atores públicos e privados compartilham funções de regulação, gestão e execução, visto que essas configurações refletem a emergência de espaços de ação pública para além do Estado nacional, nos quais empresas e organizações privadas atuam como coprodutoras de políticas de natureza pública (Stone e Ladi, 2015). Além disso, a administração transnacional não substitui a administração pública tradicional, mas a complementa, especialmente em áreas como desenvolvimento econômico, sustentabilidade e inovação. Nesses campos, a cooperação público–privada viabiliza a mobilização de recursos financeiros, conhecimento técnico e capacidade operacional que o Estado, isoladamente, muitas vezes não possui. Dessa forma, a interação entre Estado e setor privado configura-se como um arranjo funcional para enfrentar problemas complexos e interdependentes (Stone e Ladi, 2015)

Em vista disso, articulando essas contribuições, observa-se que a interação público–privada pode ser legitimamente concebida como política pública quando orientada por objetivos coletivos, regulada por instituições estatais e inserida em estratégias de desenvolvimento. Faria (2012) reforça que políticas públicas devem ser analisadas a partir dos processos e das redes de atores que as sustentam, e não apenas de seus formuladores formais. Assim, a participação do setor privado não descaracteriza o caráter público da política, desde que o Estado mantenha capacidade de coordenação e controle. Portanto, a interação entre Estado, políticas públicas e setor privado deve ser compreendida como um elemento estrutural das políticas públicas contemporâneas, especialmente em contextos de globalização e interdependência. Ao integrar empresas aos processos decisórios e de implementação, o Estado amplia sua capacidade de ação e adapta suas estratégias às exigências do ambiente internacional, sem abdicar de seu papel regulador e orientador do interesse público (Faria 2012; Reinicke, 1997; Stone; Ladi, 2015).

Nesse cenário, a intensificação dos processos de globalização redefine o papel do território e das cidades na dinâmica do desenvolvimento econômico e da inserção internacional. Nesse contexto, as cidades deixam de ser compreendidas apenas como unidades administrativas subordinadas ao Estado nacional e ocupam uma posição central como atores políticos, econômicos e estratégicos, capazes de articular interesses locais com fluxos globais de capital, informação e inovação. Conforme argumentam Borja e Castells (1997), as cidades assumem protagonismo no cenário contemporâneo ao se constituírem

como espaços privilegiados de decisão, coordenação e ação coletiva em um sistema internacional cada vez mais interdependente. Isso posto, a competitividade territorial emerge, assim, como um elemento-chave para compreender a capacidade das cidades de se inserirem de maneira ativa e estratégica na economia global. Essa competitividade não se limita à presença de infraestrutura física ou à localização geográfica, mas envolve fatores institucionais, políticos e sociais, como a qualidade da governança local, a capacidade de planejamento estratégico, o capital humano disponível e a articulação entre os diferentes atores do território. Para Borja e Castells (1997), cidades competitivas são aquelas que conseguem integrar-se aos fluxos globais ao mesmo tempo em que fortalecem suas bases produtivas e institucionais locais, construindo vantagens comparativas dinâmicas.

Nesse sentido, o território deixa de ser um mero suporte passivo da atividade econômica e passa a ser compreendido como um espaço ativo de produção de valor, no qual se articulam políticas públicas, iniciativas privadas e formas de organização social. Dowbor (2016) destaca que o desenvolvimento local depende diretamente da capacidade de organização do território, da mobilização de recursos endógenos e da descentralização dos processos decisórios. Segundo o autor, o fortalecimento do poder local permite maior racionalidade econômica, inovação institucional e alinhamento entre políticas públicas e as necessidades concretas da população, criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento sustentável (Dowbor, 2016).

É nesse contexto que a paradiplomacia corporativa se conecta de forma direta às cidades e ao território. A atuação internacional das empresas não ocorre de maneira isolada, mas é profundamente influenciada pelo ambiente urbano e institucional no qual essas empresas estão inseridas. Cidades que adotam estratégias territoriais voltadas à inovação, à competitividade e à internacionalização tendem a oferecer condições mais favoráveis para a inserção externa de seus atores econômicos. Ao mesmo tempo, a internacionalização das empresas contribui para a projeção econômica e simbólica do território, reforçando sua posição em redes globais de produção, inovação e cooperação (Borja; Castells, 1997). A interação entre governos locais e setor privado, mediada por políticas públicas territoriais, torna-se, portanto, um elemento central para a construção de estratégias de desenvolvimento e inserção internacional. Dowbor (2016) argumenta que a articulação entre Estado, empresas e sociedade civil no nível local é fundamental para transformar crescimento econômico em desenvolvimento efetivo. Políticas territoriais que estimulam inovação, cooperação produtiva e empreendedorismo permitem que o território se aproprie dos benefícios da globalização, reduzindo desigualdades e fortalecendo capacidades locais. Assim, nesse

processo, as cidades funcionam como plataformas de articulação entre interesses públicos e privados, viabilizando ações conjuntas voltadas à atração de investimentos, à promoção da inovação e à internacionalização da economia local. Em vista disso, cidades capazes de construir projetos estratégicos compartilhados, baseados na cooperação público–privada e na participação social, apresentam maior capacidade de adaptação às transformações da economia global e maior projeção internacional (Borja e Castells, 1997).

Portanto, a relação entre território, cidades e competitividade evidencia que a paradiplomacia corporativa não pode ser compreendida de forma dissociada do espaço urbano e das políticas territoriais. Ao contrário, ela se estrutura a partir das condições institucionais, políticas e econômicas construídas no nível local. As cidades, enquanto atores políticos e econômicos, tornam-se elementos centrais na articulação entre desenvolvimento territorial, inovação e inserção internacional, reforçando o papel da paradiplomacia como instrumento estratégico para o fortalecimento das economias locais em um cenário global cada vez mais interdependente (Dowbor, 2016; Borja; Castells, 1997).

### **2.3 Paradiplomacia e Cidades Inteligentes: interfaces e sinergias**

A atuação internacional dos governos subnacionais tem se consolidado, nas últimas décadas, como um instrumento relevante para a formulação e implementação de políticas urbanas, especialmente em contextos marcados por restrições fiscais, assimetrias regionais e crescente complexidade dos desafios urbanos. No âmbito das cidades, a paradiplomacia passa a operar não apenas como mecanismo de representação externa, mas como ferramenta funcional de apoio às políticas públicas locais, permitindo o acesso a recursos, conhecimentos técnicos e redes internacionais de cooperação (Aprígio, 2013.; Cezário, 2011). Dito isso, em países em desenvolvimento, esse papel adquire contornos ainda mais significativos. Salomón (2011) demonstra que, diante das limitações estruturais do Estado nacional, os governos subnacionais tendem a assumir funções estratégicas na articulação internacional, sobretudo em áreas diretamente relacionadas ao desenvolvimento urbano e territorial. Nesse contexto, a paradiplomacia contribui para reduzir o isolamento institucional das cidades, inserindo-as em circuitos transnacionais de aprendizagem, financiamento e difusão de políticas públicas.

Neste contexto, a institucionalização da atuação internacional municipal constitui elemento central para que a paradiplomacia se traduza em políticas urbanas concretas. A criação de estruturas administrativas específicas — como secretarias, coordenadorias ou assessorias de relações internacionais — permite maior continuidade, planejamento e alinhamento das ações externas com as agendas urbanas locais (Junqueira, 2015). Esse

processo institucional fortalece a capacidade dos municípios de formular projetos, dialogar com organismos internacionais e participar de redes de cidades, transformando a paradiplomacia em instrumento operacional da gestão urbana.

Em continuidade, no campo da captação de recursos, a paradiplomacia possibilita aos municípios acessar financiamentos internacionais destinados a políticas urbanas, especialmente em áreas como infraestrutura, mobilidade, sustentabilidade e inovação. Cezário (2011) observa que a atuação internacional municipal tem sido utilizada como estratégia para superar limitações orçamentárias internas, permitindo que cidades mobilizem fundos multilaterais, programas de cooperação e parcerias internacionais orientadas a projetos urbanos. Essa dimensão evidencia o caráter pragmático da paradiplomacia, vinculando-a diretamente à implementação de políticas públicas no território.

Além do financiamento, o intercâmbio técnico e a circulação de “know-how” constituem dimensões centrais da paradiplomacia urbana. A participação em redes internacionais de cidades e em iniciativas de cooperação descentralizada favorece a transferência de experiências, modelos de gestão e soluções inovadoras, que podem ser adaptadas às realidades locais (Cezário, 2011). Conforme argumenta Salomón (2011), esse processo de aprendizagem horizontal entre governos subnacionais amplia a capacidade institucional das cidades e contribui para a qualificação das políticas públicas urbanas.

A paradiplomacia também se insere em um contexto de crescente interdependência entre escalas de governança. Aprígio (2013) destaca que a atuação internacional das cidades deve ser compreendida como parte de uma dinâmica mais ampla, na qual os governos subnacionais passam a desempenhar funções complementares às do Estado nacional. Neste contexto, a paradiplomacia não substitui a política externa tradicional, mas atua como mecanismo de articulação multiescalar, conectando demandas urbanas locais a agendas globais. Em vista disso, a paradiplomacia como instrumento de políticas urbanas revela-se particularmente relevante em contextos de transformação do papel do Estado e de valorização do território como espaço de desenvolvimento. O fortalecimento da capacidade internacional dos municípios contribui para integrar políticas urbanas a processos globais, ao mesmo tempo em que permite maior autonomia estratégica na definição de prioridades locais (Junqueira, 2015; Salomón, 2011).

Para além, nesse sentido, a consolidação da paradiplomacia contemporânea está profundamente associada à atuação dos governos subnacionais em **redes internacionais de cidades**, que se configuram como espaços privilegiados de cooperação técnica, intercâmbio de conhecimento e difusão de políticas públicas inovadoras. Essas redes emergem como

resposta às limitações estruturais dos governos locais diante de problemas urbanos complexos, cuja natureza multidimensional ultrapassa as capacidades isoladas de gestão municipal (GambiniI, 2009). Dito isso, as redes de cidades caracterizam-se por sua lógica cooperativa e por promoverem a circulação de informações, técnicas, tecnologias e práticas administrativas entre entes subnacionais, tanto em escala regional quanto global. Diferentemente das relações diplomáticas tradicionais, essas articulações operam a partir de vínculos horizontais, baseados na troca de experiências e na aprendizagem mútua, fortalecendo a capacidade institucional dos governos locais (Gambini, 2009). Em vista disso, a paradiplomacia em redes não se limita à projeção política externa, mas se traduz em instrumento concreto de qualificação das políticas públicas locais.

No contexto latino-americano, a “Rede Mercocidades”, criada em 1995, constitui um dos exemplos mais emblemáticos de cooperação paradiplomática em rede. Organizada a partir de unidades temáticas, a “Mercocidades” busca promover o aperfeiçoamento das políticas públicas municipais por meio do intercâmbio técnico, da realização de encontros presenciais, da produção de publicações e da disseminação de boas práticas entre seus membros (Cezário, 2011). Essa dinâmica evidencia o caráter eminentemente técnico dessas redes, nas quais a atuação de gestores públicos e especialistas assume maior centralidade do que posicionamentos político-ideológicos. Nesse sentido, a cooperação técnica, nesse contexto, destaca-se como uma das dimensões mais relevantes da atuação internacional dos governos locais. Conforme observa Cezário (2011), essa modalidade envolve missões técnicas, capacitações, intercâmbio de informações, estudos de viabilidade e desenvolvimento conjunto de soluções para problemas urbanos, frequentemente com custos reduzidos e alto potencial de adaptação às realidades locais. Ao contrário da cooperação financeira tradicional, a cooperação técnica privilegia a transferência de conhecimento e o fortalecimento institucional, elementos fundamentais para a sustentabilidade das políticas públicas. Além disso, a participação em redes internacionais amplia a visibilidade externa das cidades e facilita o acesso a projetos de cooperação internacional, inclusive junto a organismos multilaterais e agências de desenvolvimento. Embora muitos projetos sejam financiados com recursos próprios dos governos locais, a inserção em redes favorece a mobilização de parcerias e a construção de agendas comuns, potencializando os impactos das iniciativas locais (Cezário, 2011).

Ademais, outro aspecto central das redes paradiplomáticas é sua contribuição para a inovação nas políticas urbanas. Ao promover o contato sistemático entre gestores públicos de diferentes contextos nacionais, essas redes criam ambientes propícios à experimentação e à

adaptação de soluções já testadas em outras cidades, reduzindo riscos e ampliando a eficácia das intervenções públicas (Gambini, 2009). Trata-se, portanto, de um processo de aprendizagem coletiva que reforça a capacidade de resposta dos governos locais aos desafios da globalização. Assim, é possível evidenciar que a consolidação da cooperação técnica em redes internacionais requer criar estruturas institucionais locais capazes de garantir continuidade administrativa e coordenação das ações internacionais, independentemente de mudanças eleitorais. A ausência dessas estruturas tende a limitar os resultados práticos da paradiplomacia, transformando-a em iniciativa pontual e pouco efetiva (Cezário, 2011). Assim, a paradiplomacia em redes e a cooperação técnica configuram-se como dimensões estratégicas da atuação internacional dos governos locais, fundamentais para a modernização da gestão urbana e para a construção de cidades mais inovadoras, resilientes e integradas ao cenário global.

Nesse cenário, como ideia central, o debate contemporâneo sobre cidades inteligentes tem se afastado progressivamente de uma compreensão estritamente tecnocrática, centrada apenas na incorporação de tecnologias digitais, para assumir uma abordagem mais ampla, que articula governança, inovação institucional, sustentabilidade e capacidade política dos territórios. Nesse contexto, a paradiplomacia emerge como um instrumento estratégico para a inserção internacional das cidades, permitindo a circulação de ideias, recursos, padrões normativos e soluções urbanas inovadoras, em consonância com os desafios do desenvolvimento sustentável. Conforme argumenta Rizzon (2017), o conceito de *smart city* encontra-se em permanente construção, sendo resultado de disputas teóricas e práticas entre diferentes atores — governos locais, setor privado, organizações internacionais e sociedade civil. A autora destaca que cidades inteligentes não podem ser compreendidas apenas como espaços tecnologicamente avançados, mas como territórios capazes de integrar inovação tecnológica, governança colaborativa e políticas públicas orientadas ao bem-estar coletivo (Rizzon, 2017). Essa perspectiva reforça a centralidade da ação política e institucional dos governos locais, abrindo espaço para a atuação paradiplomática como mecanismo de fortalecimento das capacidades urbanas.

Nessa linha, Newman e Allam (2019) propõem uma redefinição do conceito de cidade inteligente a partir de três eixos fundamentais: cultura, metabolismo urbano e governança. Para os autores, a inovação urbana sustentável depende da capacidade das cidades de reorganizar seus fluxos de energia, mobilidade, informação e recursos naturais, ao mesmo tempo em que constroem modelos de governança inclusivos e adaptativos (Newman; Allam, 2019). Assim, paradiplomacia contribui diretamente para esse processo ao permitir que

cidades acessem redes internacionais de cooperação técnica, compartilhem boas práticas e internalizem modelos de gestão urbana mais eficientes e sustentáveis.

Sob a ótica da governança, a paradiplomacia urbana amplia o repertório de políticas públicas disponíveis aos governos locais, ao viabilizar parcerias com organismos multilaterais, redes transnacionais de cidades e iniciativas globais voltadas à sustentabilidade urbana. A atuação internacional das cidades possibilita, assim, a transferência de conhecimento técnico (*policy transfer*), a adaptação de instrumentos de planejamento urbano e a captação de recursos financeiros e institucionais para projetos inovadores, sobretudo nas áreas de mobilidade inteligente, eficiência energética, gestão de dados urbanos e inclusão social. Dito isso, os marcos normativos e conceituais desenvolvidos pela United for Smart Sustainable Cities (U4SSC) reforçam essa abordagem integrada ao estabelecer indicadores e diretrizes que conectam tecnologia, governança e sustentabilidade. A U4SSC enfatiza que cidades inteligentes e sustentáveis são aquelas capazes de alinhar inovação digital aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental de forma simultânea (U4SSC, 2026.). Neste contexto, a paradiplomacia atua como canal privilegiado para a incorporação desses padrões internacionais ao nível local, fortalecendo a coerência entre políticas urbanas e agendas globais. De maneira complementar, a ONU-Habitat destaca que a inovação urbana depende da construção de capacidades institucionais locais e da articulação entre múltiplos níveis de governança. A organização reconhece o papel crescente das cidades como atores políticos globais, capazes de liderar processos de inovação em governança urbana, especialmente por meio da cooperação internacional descentralizada (ONU-HABITAT, 2026). Assim, essa leitura converge com a literatura paradiplomática ao reconhecer que a atuação internacional dos governos locais não é apenas acessória, mas estrutural para a competitividade e a sustentabilidade das cidades no sistema internacional contemporâneo.

Dessa forma, a relação entre cidades inteligentes, governança e inovação urbana não pode ser dissociada da paradiplomacia. Ao operar como instrumento de articulação internacional, a paradiplomacia potencializa a capacidade das cidades de acessar conhecimento, recursos e legitimidade política, contribuindo para a formulação e implementação de políticas urbanas inteligentes. Assim, mais do que uma estratégia externa, a paradiplomacia consolida-se como componente interno das políticas públicas urbanas, essencial para o enfrentamento dos desafios complexos que caracterizam o desenvolvimento urbano no século XXI.

Nesse cenário, por meio da participação em redes internacionais e de mecanismos de cooperação técnica descentralizada, a paradiplomacia se introduz como um dos vetores de inserção internacional dos governos subnacionais. Esse processo ocorre em um contexto de crescente interdependência global, no qual problemas públicos ultrapassam fronteiras nacionais e demandam respostas articuladas entre múltiplos níveis de governo e diferentes atores institucionais (Farias, 2011; Reinicke, 1997). Dito isso, a emergência dessas redes reflete a transformação da governança internacional, caracterizada pela substituição parcial de estruturas hierárquicas tradicionais por arranjos em rede, nos quais governos nacionais, entes subnacionais, organizações internacionais e atores não estatais compartilham competências e responsabilidades (Reinicke, 1997). Dessa forma, a paradiplomacia se insere como uma estratégia funcional de atuação externa de estados e municípios, permitindo-lhes acessar arenas internacionais de formulação, difusão e implementação de políticas públicas.

Ademais, as redes internacionais de cidades e governos subnacionais desempenham papel central nesse processo ao funcionarem como espaços de intercâmbio técnico, aprendizagem institucional e circulação de boas práticas. A cooperação técnica descentralizada, promovida por essas redes, possibilita que governos locais internalizem normas, instrumentos e modelos de políticas públicas desenvolvidos em outros contextos, adaptando-os às realidades territoriais específicas (Farias, 2011). Tal dinâmica reforça a compreensão da paradiplomacia não apenas como ação externa, mas como extensão do próprio ciclo das políticas públicas. Do ponto de vista analítico, a atuação paradiplomática em redes internacionais pode ser compreendida à luz do conceito de políticas públicas globais, entendido como o conjunto de normas, programas e instrumentos produzidos em arenas transnacionais e difundidos por meio de mecanismos de cooperação, persuasão e aprendizagem (Reinicke, 1997; Stone; Ladi, 2015). Nesse sentido, os governos subnacionais deixam de ser meros receptores passivos de agendas globais e atuam como co-produtores de soluções públicas, participando ativamente da formulação e da implementação dessas políticas em escala local. Além disso, a cooperação técnica, nesse contexto, assume caráter estratégico ao permitir a transferência de conhecimento especializado, capacitação institucional e fortalecimento das capacidades administrativas dos governos locais. Conforme destacado na literatura de relações internacionais e políticas públicas, esse tipo de cooperação tende a ser menos assimétrica do que os modelos tradicionais de ajuda internacional, uma vez que se baseia na troca horizontal de experiências entre entes que compartilham desafios semelhantes (Farias, 2011). Assim, a paradiplomacia em redes internacionais contribui para

reduzir desigualdades institucionais e ampliar a autonomia decisória dos governos subnacionais.

Com isso, a inserção em redes internacionais fortalece a legitimidade política da atuação externa de estados e municípios, ao ancorá-la em agendas coletivas reconhecidas internacionalmente. Essa legitimidade é fundamental para a sustentabilidade das iniciativas paradiplomáticas, ao permitir sua articulação com políticas públicas nacionais e com estratégias mais amplas de desenvolvimento territorial (Reinicke, 1997). Dessa forma, a cooperação técnica deixa de ser uma ação pontual e integra uma lógica estruturada de governança multinível. Por fim, a paradiplomacia mediada por redes internacionais revela-se um instrumento relevante para a inovação institucional e para a modernização da gestão

pública local. Ao participar desses arranjos, os governos subnacionais ampliam seu repertório técnico e normativo, incorporando práticas de governança colaborativa, planejamento estratégico e avaliação de políticas públicas difundidas no plano global (Stone; Ladi, 2015). Assim, a cooperação técnica e a atuação em redes internacionais configuram-se como dimensões centrais da paradiplomacia contemporânea, articulando inserção internacional, aprendizado institucional e fortalecimento das políticas públicas locais.

Em continuidade, as redes de cidades têm se consolidado como instrumentos centrais da paradiplomacia contemporânea, especialmente no contexto da crescente internacionalização das políticas públicas urbanas. Ao permitirem a articulação direta entre governos subnacionais, essas redes ampliam a capacidade de atuação internacional dos municípios, criando espaços institucionais próprios de cooperação política, técnica e administrativa. No âmbito do Mercosul, a Rede Mercocidades constitui um exemplo paradigmático desse processo, ao estruturar mecanismos permanentes de diálogo, coordenação e ação conjunta entre cidades da região, reforçando o papel dos governos locais como atores relevantes nas relações internacionais (Neto, 2005). Dito isso, a atuação em redes possibilita que municípios transcendam limitações individuais de capacidade técnica e financeira, promovendo estratégias coletivas de desenvolvimento urbano. Conforme destacado nos documentos institucionais da Mercocidades, a cooperação descentralizada permite a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas como planejamento urbano, inclusão social, sustentabilidade ambiental e inovação institucional (Neto, 2005.). Nesse sentido, as redes funcionam como instrumentos operacionais da paradiplomacia, viabilizando ações concretas que impactam diretamente a formulação e a implementação de políticas públicas locais (Neto, 2005).

Do ponto de vista analítico, esse papel das redes de cidades pode ser compreendido à luz da literatura sobre políticas públicas e relações internacionais. Faria (2018) argumenta que a internacionalização das políticas públicas ocorre por meio de múltiplos canais, que vão além das organizações internacionais formais e incluem redes transnacionais compostas por governos subnacionais, especialistas e burocracias técnicas. Segundo o autor, essas redes operam como arenas de circulação de ideias, instrumentos e modelos de política pública, favorecendo processos de aprendizado, adaptação e legitimação de determinadas agendas no plano doméstico (Faria, 2018). Nesse contexto, do ponto de vista analítico, esse papel das redes de cidades pode ser compreendido à luz da literatura sobre políticas públicas e relações internacionais. Faria (2018) argumenta que a internacionalização das políticas públicas ocorre por meio de múltiplos canais, que vão além das organizações internacionais formais e incluem redes transnacionais compostas por governos subnacionais, especialistas e burocracias técnicas. Segundo o autor, essas redes operam como arenas de circulação de ideias, instrumentos e modelos de política pública, favorecendo processos de aprendizado, adaptação e legitimação de determinadas agendas no plano doméstico (Faria, 2018). Assim, a atuação em redes favorece a consolidação de comunidades técnicas e epistêmicas voltadas a temas específicos da agenda urbana, como mobilidade, habitação, sustentabilidade e inovação digital. Essas comunidades desempenham papel fundamental na construção de consensos técnicos e na disseminação de práticas consideradas legítimas e eficazes no enfrentamento de desafios urbanos contemporâneos.

Neste contexto, é possível observar o caráter relacional e colaborativo dos processos inovadores no contexto das cidades. O estudo de Andion, Alperstedt e Graeff (2019) demonstra que a inovação social e urbana emerge de “ecossistemas colaborativos”, nos quais diferentes atores — governos, universidades, organizações da sociedade civil e setor privado — interagem de maneira contínua. Esses ecossistemas são estruturados em redes que favorecem a co-construção de soluções públicas, a experimentação institucional e o aprendizado coletivo (Andion; Alperstedt; Graeff, 2019). Por esse viés, as redes de cidades podem ser compreendidas como extensões internacionais desses ecossistemas de inovação. Ao conectar municípios com diferentes trajetórias institucionais e níveis de desenvolvimento, essas redes ampliam o repertório de soluções disponíveis e fortalecem a capacidade de absorção de inovações. Assim, as plataformas colaborativas e arranjos em rede são fundamentais para a disseminação de práticas inovadoras, especialmente em contextos marcados por complexidade e incerteza, como as políticas urbanas contemporâneas (Andion; Alperstedt; Graeff, 2019).

No âmbito das cidades inteligentes, essa dinâmica assume especial relevância. A construção de soluções tecnológicas, digitais e institucionais para o espaço urbano demanda não apenas infraestrutura técnica, mas também governança colaborativa, compartilhamento de conhecimento e aprendizado contínuo. As redes de cidades permitem que experiências relacionadas a dados abertos, plataformas digitais, participação cidadã e gestão inteligente de serviços urbanos sejam difundidas e aprimoradas coletivamente, reduzindo custos de experimentação e ampliando o impacto das inovações implementadas (U4SSC, 2026). Dessa forma, as redes de cidades configuram-se como instrumentos estratégicos da paradiplomacia contemporânea, operando simultaneamente como espaços políticos, plataformas de aprendizado e vetores de inovação urbana. Ao promover a difusão de políticas públicas, o fortalecimento de capacidades institucionais e a construção coletiva de soluções, essas redes contribuem de maneira decisiva para a consolidação de cidades mais inteligentes, sustentáveis e integradas ao cenário internacional.

Partindo dessa ótica, o federalismo brasileiro, consolidado juridicamente a partir da Constituição Federal de 1988, estabelece uma organização político-administrativa marcada pela coexistência de autonomia entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Esse modelo federativo cooperativo ampliou significativamente as competências dos entes subnacionais, sobretudo dos municípios, reconhecendo-os como entes federados dotados de autonomia política, administrativa e financeira (Brasil, 1988; Sala, 2008). Todavia, no que se refere à política externa, a Constituição mantém a competência exclusiva da União para a condução das relações internacionais, conforme disposto nos artigos 21 e 84, gerando tensões e ambiguidades no exercício da atuação internacional subnacional.

Nesse contexto, emerge a paradiplomacia como prática empírica crescente, ainda que marcada por baixa institucionalização formal. Ou seja, embora os entes subnacionais brasileiros não detenham personalidade jurídica internacional, sua atuação externa ocorre de forma pragmática, sobretudo por meio de acordos de cooperação técnica, redes de cidades, intercâmbios institucionais e parcerias com organismos internacionais, frequentemente mediadas ou toleradas pelo governo federal (Cezário, 2011; Prazeres, 2004). Dito isso, a dinâmica federativa brasileira é atravessada por forças centrípetas, que buscam preservar o controle da União sobre a política externa, e forças centrífugas, impulsionadas pela globalização, pelas assimetrias regionais e pela busca de soluções locais para problemas estruturais. Esse cenário favorece a expansão da paradiplomacia como resposta às limitações do Estado nacional em lidar, de forma homogênea, com demandas territoriais diversas, especialmente nas áreas de desenvolvimento, inovação, sustentabilidade e planejamento

urbano (Kugelmas; Branc, 2004). Em vista disso, a atuação internacional subnacional no Brasil, portanto, caracteriza-se menos pela confrontação com a Política Externa Brasileira (PEB) e mais pela complementaridade pragmática. Conforme argumenta Fonseca (2013), a paradiplomacia brasileira não visa influenciar diretamente a PEB, mas sim construir redes próprias de cooperação, troca de conhecimento e acesso a recursos técnicos e financeiros, respeitando, em geral, os limites constitucionais impostos.

Ademais, apesar do potencial estratégico da paradiplomacia para impulsionar agendas urbanas inovadoras, sua articulação com políticas de cidades inteligentes enfrenta obstáculos significativos no contexto brasileiro. Um primeiro entrave relevante diz respeito aos limites jurídico-constitucionais impostos à ação externa de estados e municípios. Embora a Constituição de 1988 tenha ampliado significativamente a autonomia dos entes subnacionais, a competência formal para conduzir relações internacionais permanece concentrada na União, gerando ambiguidades quanto à legitimidade e ao alcance das iniciativas paradiplomáticas locais (Fonseca, 2013).

Segundo Fonseca (2013), essa ambiguidade jurídica não impede a prática da paradiplomacia, mas a condiciona a um espaço de informalidade e negociação política, no qual os governos subnacionais atuam sem respaldo normativo explícito. No caso das cidades inteligentes, essa limitação afeta diretamente a capacidade dos municípios de firmar acordos internacionais mais robustos voltados à inovação urbana, captação de recursos tecnológicos e cooperação técnica em áreas estratégicas como mobilidade, governança digital e sustentabilidade ambiental.

Outro obstáculo central reside na própria dinâmica do federalismo brasileiro, marcada por assimetrias regionais profundas e por uma coordenação intergovernamental frágil. Conforme destacado na literatura sobre federalismo e relações internacionais, a descentralização política no Brasil não foi acompanhada por uma descentralização proporcional de capacidades técnicas e financeiras, o que resulta em uma atuação internacional altamente desigual entre os municípios (Farias; Saraiva, 2014). Enquanto grandes centros urbanos conseguem estruturar agendas internacionais voltadas à inovação e às smart cities, municípios médios e pequenos enfrentam limitações severas de recursos humanos qualificados, infraestrutura administrativa e capacidade de planejamento.

Além disso, Matheus Alves (2022) ressalta que a atuação internacional subnacional no Brasil sofre com baixa institucionalização interna, caracterizada pela ausência ou fragilidade de Secretarias Municipais de Relações Internacionais, pela descontinuidade administrativa e pela dependência excessiva de lideranças políticas específicas. Essa instabilidade institucional

compromete a continuidade de projetos internacionais e dificulta a incorporação de aprendizados e tecnologias oriundos da cooperação internacional em políticas públicas urbanas de longo prazo, como aquelas associadas às cidades inteligentes.

Portanto, há obstáculos de natureza político-administrativa, relacionados à fragmentação das políticas públicas e à baixa articulação entre agendas internacionais e planejamento urbano local. A literatura aponta que iniciativas de smart cities são frequentemente implementadas de forma setorial e tecnocrática, sem articulação com estratégias mais amplas de desenvolvimento territorial e sem diálogo consistente com a paradiplomacia existente (Alves, 2022). Em vista disso, esse descompasso reduz o potencial transformador da integração entre inovação urbana e atuação internacional subnacional.

No entanto, apesar dos entraves estruturais, a paradiplomacia também abre oportunidades relevantes para o fortalecimento das políticas de cidades inteligentes no Brasil, sobretudo quando compreendida como instrumento de “governança multinível” e de aprendizado institucional. Fonseca (2013) argumenta que, mesmo sem personalidade jurídica internacional, os entes subnacionais brasileiros conseguem ampliar sua capacidade de ação por meio de redes, acordos de cooperação técnica e parcerias com organismos internacionais, o que permite acessar conhecimento, tecnologias e experiências inovadoras adaptáveis ao contexto local. Nesse sentido, a paradiplomacia funciona como um mecanismo compensatório das limitações do federalismo brasileiro, ao permitir que municípios e estados busquem soluções fora do âmbito estritamente nacional para problemas urbanos complexos. Conforme destacado por Farias e Saraiva (2014), a cooperação internacional descentralizada possibilita a circulação de ideias, instrumentos e modelos de políticas públicas, fortalecendo a capacidade estatal local e promovendo processos de aprendizado institucional fundamentais para a implementação de agendas de inovação urbana. Dito isso, a atuação internacional subnacional pode contribuir diretamente para o desenvolvimento de cidades inteligentes ao viabilizar intercâmbios técnicos, capacitação de quadros administrativos e participação em projetos-piloto internacionais. Essas iniciativas favorecem a internalização de práticas inovadoras de governança urbana, planejamento territorial e uso estratégico de tecnologias digitais, reduzindo a dependência exclusiva de soluções importadas de grandes empresas privadas e promovendo maior autonomia decisória local (Alves, 2022).

Além disso, a paradiplomacia oferece oportunidades para alinhar políticas urbanas locais a agendas globais de desenvolvimento sustentável, criando sinergias entre inovação tecnológica, inclusão social e sustentabilidade ambiental. A atuação em redes e fóruns internacionais permite que cidades brasileiras se posicionem como laboratórios de inovação,

adaptando experiências internacionais às suas realidades socioeconômicas e fortalecendo a legitimidade de políticas de cidades inteligentes ancoradas em cooperação, participação e governança democrática (Alves, 2022). Assim, embora condicionada por limites institucionais e federativos, a paradiplomacia representa uma via estratégica para ampliar a capacidade dos governos locais brasileiros de formular e implementar políticas urbanas inteligentes. Sua efetividade, contudo, depende do fortalecimento institucional interno, da articulação entre níveis de governo e da integração entre agendas internacionais e planejamento urbano de longo prazo.

### **3. A PARADIPLOMACIA SERGIPANA: ATORES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A INSERÇÃO GLOBAL INTELIGENTE**

#### **3.1 O contexto histórico socioeconômico e institucional de Sergipe**

O estado de Sergipe insere-se no contexto federativo brasileiro como uma unidade subnacional de pequeno porte territorial, mas dotada de relevância estratégica no Nordeste, especialmente em função de sua base energética, de sua posição geográfica e de seu potencial de diversificação produtiva. Com pouco mais de dois milhões de habitantes e elevada taxa de urbanização concentrada na Região Metropolitana de Aracaju, o estado apresenta dinâmicas econômicas e institucionais marcadas por forte centralização espacial e dependência histórica de setores específicos (IBGE, 2022).

Nesse cenário, do ponto de vista da estrutura produtiva, Alves et al. (2011) destacam que a economia sergipana se caracteriza por um padrão de desenvolvimento historicamente dependente de atividades primárias e de segmentos industriais associados à exploração de recursos naturais. O agronegócio ocupa posição central nesse arranjo, com destaque para as cadeias da cana-de-açúcar, do milho, da citricultura e da pecuária. Contudo, os autores ressaltam que tais atividades apresentam baixa capacidade de agregação de valor, limitando a articulação com cadeias produtivas mais complexas, restringindo seu potencial de dinamização econômica de longo prazo (Alves et al., 2011). Dito isso, essa característica se reflete também no perfil do comércio exterior sergipano. Segundo Alves et al. (2011), as exportações do estado são pouco diversificadas, concentradas em poucos produtos e fortemente dependentes de mercados específicos, o que aumenta a vulnerabilidade da economia local às flutuações externas. Dessa forma, as consequências podem se tornar negativas se a inserção internacional das empresas sergipanas ocorrer de forma pouco estratégica e com um reduzido apoio institucional e escassa coordenação entre políticas públicas, setor produtivo e iniciativas de internacionalização.

Ademais, outro eixo estruturante da economia sergipana é o setor energético, historicamente vinculado à exploração de petróleo e gás natural. O documento “Economia Sergipana” (Feitosa, 2013) evidencia que essa atividade desempenhou papel decisivo na formação da arrecadação estadual, na geração de empregos qualificados e na atração de investimentos externos, especialmente ao longo das décadas finais do século XX. Entretanto, o texto também chama atenção para a dependência excessiva desse setor e para os impactos da retração recente da indústria petrolífera sobre as finanças públicas e o dinamismo

econômico do estado (Feitosa, 2013). Nesse contexto, ganha destaque a emergência das energias renováveis como alternativa estratégica para a reestruturação econômica de Sergipe. O avanço recente de projetos de energia eólica e solar, associado às discussões sobre hidrogênio verde e transição energética, reposiciona o estado no debate contemporâneo sobre desenvolvimento sustentável e economia de baixo carbono. Contudo, conforme ainda ressalta o documento “Economia Sergipana”(Feitosa, 2013), a consolidação desse novo paradigma depende de planejamento público consistente, capacitação institucional e integração entre políticas de desenvolvimento regional, inovação e cooperação internacional (Feitosa, 2013).

Em continuidade, o setor de serviços, especialmente o turismo, também se figura como uma das principais potencialidades econômicas do estado. Sergipe dispõe de ativos naturais, culturais e históricos relevantes, além de localização estratégica no Nordeste. Alves et al. (2011) observam que o turismo sergipano por muito tempo permaneceu subaproveitado, em razão de limitações em infraestrutura, promoção externa, qualificação profissional e governança interinstitucional. No entanto, tal setor, em 2026, caminha para um novo record de faturamento, alcançando o 12º no ranking nacional (FECOMÉRCIO SERGIPE, 2026). Dito isso, é preciso evidenciar a necessidade de uma inserção do estado em circuitos turísticos internacionais como estratégia de projeção externa.

No plano urbano e institucional, os desafios se aprofundam. A urbanização acelerada e concentrada em Aracaju e municípios do entorno gerou pressões significativas sobre mobilidade, habitação, saneamento e serviços públicos. Embora alguns indicadores sociais e urbanos apresentem desempenho relativamente superior à média nordestina, persistem desigualdades intraestaduais e déficits estruturais que impactam a qualidade de vida urbana e a capacidade de planejamento territorial (IBGE, 2022). Dito isso, tais desafios urbanos estão diretamente relacionados às limitações institucionais do estado e de seus municípios. A questão administrativa, a escassez de quadros técnicos especializados e a descontinuidade de políticas públicas, quando analisamos o processo histórico do estado num todo, comprometem a formulação e a implementação de estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Ademais, observa-se a necessidade de uma institucionalização de mecanismos de cooperação intergovernamental e de articulação com atores externos, limitando a capacidade de Sergipe de se inserir de forma estratégica em redes nacionais e internacionais (Feitosa, 2013). Dessa forma, essas restrições institucionais impactam diretamente a atuação internacional subnacional. Alves et al. (2011) apontam que Sergipe ainda apresenta uma baixa tradição em políticas de internacionalização, com iniciativas pontuais e pouco articuladas a um projeto mais amplo de desenvolvimento territorial. A ausência de estruturas permanentes voltadas à

cooperação internacional, à atração de investimentos e à promoção externa reduz o potencial do estado de utilizar instrumentos como a paradiplomacia para alavancar seu desenvolvimento econômico e urbano, revelando, portanto, um território marcado por contradições. Assim, é nesse cenário que se insere a análise da paradiplomacia sergipana, entendida como um possível instrumento para articular desenvolvimento local, inserção internacional e inovação urbana — temática que será aprofundada nos próximos tópicos deste capítulo.

### **3.2 A paradiplomacia pública sergipana**

A inserção internacional do Estado de Sergipe deve ser compreendida à luz de um contexto global marcado por múltiplas crises interconectadas — econômica, política, climática e geopolítica — que impõem novos desafios, mas também abrem oportunidades estratégicas para entes subnacionais. Nesse cenário de “policrise”, caracterizado por instabilidade econômico-financeira, avanço de formas autoritárias de governo, fortalecimento do neoliberalismo radical e agravamento da crise climática, os governos estaduais passam a desempenhar papel relevante na formulação de estratégias externas voltadas ao desenvolvimento, à inovação e à sustentabilidade (Aprígio, 2013).

No caso sergipano, a atuação institucional da Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação do estado de Sergipe (SEPLAN) e da Agência Desenvolve-SE revela avanços importantes na incorporação da dimensão internacional às políticas públicas estaduais. A SEPLAN, enquanto órgão de planejamento e coordenação governamental, tem ampliado a consideração de variáveis internacionais nas análises de conjuntura, nos instrumentos de planejamento estratégico e na formulação de projetos voltados à captação de recursos externos. Essa atuação contribui para alinhar o desenvolvimento estadual às dinâmicas do sistema internacional, especialmente em temas como transição energética, sustentabilidade e inovação (SEPLAN-SE, 2025). Dito isso, a secretaria exerce papel estratégico na incorporação da dimensão internacional às políticas públicas estaduais, sobretudo por meio da formulação, coordenação e viabilização técnica de projetos estruturantes. A atuação da Secretaria tem se concentrado na elaboração de diagnósticos econômicos e fiscais que consideram o cenário internacional, na estruturação de projetos aptos à captação de recursos junto a organismos multilaterais e na coordenação de operações de crédito externas destinadas à modernização da gestão pública e à melhoria da infraestrutura estadual. Nesse sentido, a SEPLAN tem articulado, em conjunto com a Secretaria da Fazenda e outros órgãos setoriais, operações de financiamento internacional voltadas à eficiência energética, à digitalização administrativa, à modernização de

equipamentos públicos — especialmente na área da saúde — e ao fortalecimento da capacidade institucional do Estado, criando condições mais favoráveis para a atuação do setor privado e para o aumento da competitividade territorial. Além disso, ao incorporar temas como transição energética, sustentabilidade fiscal e inovação nas análises de conjuntura e nos instrumentos de planejamento estratégico, a SEPLAN contribui para posicionar Sergipe de forma mais preparada diante das agendas globais e das oportunidades internacionais de cooperação e financiamento ao desenvolvimento (SEPLAN-SE, 2025)

Ademais, a Agência Desenvolve-SE, por sua vez, constitui um elemento central dessa estratégia ao operar como uma instituição de natureza público-privada, criada especificamente para promover o desenvolvimento econômico, a atração de investimentos e a internacionalização da economia sergipana. Essa configuração institucional híbrida permite maior flexibilidade de atuação, diálogo direto com investidores estrangeiros e articulação com empresas locais, funcionando como ponte entre o setor público e o setor privado. Dito isso, ao contrário de uma atuação meramente reativa, a Desenvolve-SE tem buscado estruturar frentes estratégicas em áreas como economia verde, transição energética, agronegócio, inovação, comércio exterior e relações internacionais (DESENVOLVE-SE, 2025).



**Figura 1** -Sergipe busca investimento em missão no Oriente Médio (DESENVOLVE-SE, 2025)

No plano empírico, a inserção internacional de Sergipe tem se materializado por meio de projetos e iniciativas concretas articuladas entre órgãos estaduais, agências de fomento, empresas locais e atores internacionais. A Agência Desenvolve-SE, por exemplo,

atua de forma mais direta na interface com o mercado, sendo responsável pela articulação entre empresas sergipanas e investidores estrangeiros, bem como pela condução de missões internacionais com foco na atração de investimentos. No campo da transição energética e da economia verde, a agência tem liderado agendas internacionais voltadas à prospecção de empresas do setor de energias renováveis, dialogando com grupos empresariais e instituições financeiras internacionais interessados em projetos relacionados à geração de energia limpa, eficiência energética e descarbonização. Essas articulações têm ocorrido, sobretudo, em missões internacionais organizadas para apresentar o portfólio de oportunidades do estado, com destaque para o potencial energético de Sergipe e para a possibilidade de inserção em cadeias globais de energia sustentável (DESENVOLVE-SE, 2025). Além disso, a Desenvolve-SE atua em cooperação com instituições nacionais, como a Apex-Brasil, para promover capacitações em exportação e apoiar a participação de empresas sergipanas em feiras e eventos internacionais. Essas ações contribuem para a internacionalização gradual de pequenos e médios empreendimentos, especialmente nos setores do agronegócio, da economia criativa e de serviços especializados, ampliando o acesso a mercados externos e fortalecendo a base produtiva local. No campo da inovação, a agência também tem articulado diálogos com representantes de bancos internacionais e organizações estrangeiras voltadas ao financiamento de projetos em educação empreendedora, inovação tecnológica e sustentabilidade (DESENVOLVE-SE, 2025).

Nesse sentido, no setor energético, observa-se uma articulação mais ampla que envolve diferentes órgãos estaduais. Projetos relacionados à eficiência energética, à expansão de fibras ópticas e à modernização da infraestrutura contam com a participação conjunta da SEPLAN, da Secretaria da Fazenda e da Desenvolve-SE, especialmente no contexto de operações de crédito internacionais e de cooperação técnica com organismos multilaterais e agências internacionais de desenvolvimento. Essas iniciativas se inserem em um movimento mais amplo de reposicionamento de Sergipe no debate global sobre transição energética, impulsionado pela demanda internacional — sobretudo europeia — por alternativas ao gás russo e por fontes de energia limpa, o que abre espaço para a atração de investimentos e para a geração de empregos verdes no território (SEPLAN-SE, 2025).

Para além, no âmbito municipal e setorial, outras secretarias estaduais também têm participado desse processo de inserção externa articulada. A Secretaria do Turismo, por exemplo, promove o destino Sergipe em feiras internacionais na Europa e na América do Sul, enquanto a Secretaria do Trabalho e Emprego tem apoiado a participação de artesãos sergipanos em eventos internacionais, ampliando a visibilidade da produção local e criando

oportunidades de inserção em mercados externos. Essas ações, embora setoriais, contribuem para construir uma imagem internacional mais positiva e diversificada do estado.

Assim, ao detalhar os projetos e as articulações institucionais, observa-se que a paradiplomacia sergipana tem se estruturado por meio de uma rede de atores públicos e privados, na qual a SEPLAN atua como coordenadora estratégica, a Desenvolve-SE como agente de promoção econômica e o setor privado como protagonista da internacionalização produtiva. Ainda que esse processo esteja em consolidação, os projetos em curso demonstram um avanço qualitativo na forma como Sergipe busca se inserir internacionalmente, conectando desenvolvimento econômico, inovação e sustentabilidade de maneira cada vez mais estratégica.

### **3.3 A paradiplomacia corporativa em Sergipe**

A paradiplomacia corporativa constitui uma dimensão estratégica da atuação internacional subnacional ao evidenciar o papel do setor privado, de suas entidades representativas e de seus arranjos produtivos na inserção global dos territórios. Diferentemente da paradiplomacia estatal clássica, essa modalidade se estrutura a partir da articulação entre empresas, federações, associações empresariais e o poder público, funcionando como ponte entre as dinâmicas globais do mercado e as estratégias locais de desenvolvimento econômico, inovação e sustentabilidade (Aprígio, 2013; Banzatto, 2015).

No contexto sergipano, a paradiplomacia corporativa revela-se particularmente relevante, visto que atores empresariais e instituições intermediárias passam a desempenhar papel ativo na construção da inserção internacional do estado, complementando e, em alguns casos, antecipando iniciativas governamentais. Dito isso, um dos principais vetores dessa atuação é o Sistema Fecomércio Sergipe, que se consolida como ator institucional capaz de articular interesses empresariais locais com redes, eventos e espaços internacionais estratégicos. A Fecomércio-SE exerce uma função típica da paradiplomacia corporativa ao representar o setor produtivo sergipano em arenas globais, promover intercâmbios institucionais e facilitar o acesso a fluxos de informação, inovação e investimento.



**Figura 2** -Comitiva chinesa discute investimento com a Fecomércio - SE (FECOMERCIO-SE, 2025)

A participação do presidente da entidade, Marcos Andrade, no NRF (National Retail Federation) 2026, em Nova Iorque — maior evento mundial do varejo — exemplifica essa atuação ao inserir Sergipe em um ambiente global de discussão sobre transformação digital, inovação no comércio, novas tecnologias e tendências de consumo (FECOMÉRCIO-SE, 2026). Além disso, essa inserção não se limita ao setor comercial, mas se estende a temas estruturantes do desenvolvimento. A participação da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e da Fecomércio Sergipe na Conferência Internacional do Trabalho, realizada na Suíça, demonstra o engajamento do setor produtivo sergipano em espaços multilaterais de governança global, nos quais se discutem normas internacionais do trabalho, inovação produtiva e sustentabilidade econômica. Essa presença fortalece a capacidade institucional do setor privado local de dialogar com padrões internacionais e de incorporar boas práticas às dinâmicas produtivas regionais (FECOMÉRCIO-SE, 2024). Por fim, outro eixo relevante da paradiplomacia corporativa em Sergipe é a articulação direta com atores estrangeiros, como evidenciado pela visita de uma delegação chinesa à Fecomércio Sergipe, voltada à discussão de oportunidades de investimento e cooperação econômica. Nesse processo, a Fecomércio atua como mediadora entre empresas locais, investidores internacionais e o governo estadual, contribuindo para a construção de canais permanentes de diálogo e para a projeção internacional do estado (FECOMÉRCIO-SE, 2025).

No plano empresarial, a estrutura das exportações sergipanas reforça a centralidade do setor privado na inserção internacional do estado. Segundo dados divulgados pela

Agência Desenvolve-SE (2025), o petróleo cru ocupa posição dominante na pauta exportadora, representando 60,2% das exportações estaduais, seguido pelo suco de frutas (30,4%) e pelos óleos essenciais (2,1%). Os principais destinos dessas exportações — Estados Unidos, Países Baixos e Bélgica — evidenciam a inserção de Sergipe em mercados estratégicos e altamente competitivos, exigindo padrões elevados de qualidade, inovação tecnológica e eficiência logística (DESENVOLVE-SE, 2026). Dito isso, esses setores exportadores desempenham papel estruturante na agenda de inovação e sustentabilidade local. A cadeia do petróleo impulsiona investimentos em infraestrutura, tecnologias industriais e eficiência energética; o setor de sucos e óleos essenciais demanda inovação em processos produtivos, certificações internacionais e práticas ambientais sustentáveis; enquanto o agronegócio exportador estimula a adoção de tecnologias voltadas à rastreabilidade, agregação de valor e redução de impactos ambientais. Dessa forma, a inserção internacional das empresas sergipanas não se limita à geração de divisas, mas atua como vetor de modernização produtiva e difusão de padrões internacionais de inovação.

Paralelamente, o crescimento do ecossistema de startups e iniciativas empreendedoras em Sergipe amplia a dimensão inovadora da paradiplomacia corporativa. Startups funcionam como agentes de internacionalização do conhecimento, da tecnologia e de soluções digitais, conectando o território sergipano a redes globais de inovação, financiamento e empreendedorismo. Nesse sentido, a paradiplomacia corporativa em Sergipe contribui para a consolidação de uma estratégia de inserção internacional mais diversificada e inteligente, na qual setor público e setor privado atuam complementarmente. Ao articular entidades empresariais, empresas exportadoras, startups e instituições governamentais, essa dimensão amplia a capacidade do estado de captar investimentos, incorporar inovação, acessar mercados internacionais e alinhar o desenvolvimento territorial às agendas globais contemporâneas. Longe de representar um processo periférico, a atuação internacional do setor privado sergipano configura-se como elemento central para a construção de uma inserção global baseada na inovação, na sustentabilidade e na competitividade.

### **3.4 Definição de paradiplomacia e recomendações estratégicas**

A análise da atuação internacional recente do Estado de Sergipe, à luz do debate teórico sobre paradiplomacia e governança multinível, permite propor uma definição analítica do que pode ser compreendido como paradiplomacia sergipana. Trata-se de um processo em construção, caracterizado por iniciativas ainda parcialmente fragmentadas,

mas que vêm adquirindo maior grau de institucionalização, sobretudo a partir da incorporação da dimensão internacional em instrumentos de planejamento, da criação de estruturas específicas e da ampliação da articulação com atores econômicos e institucionais externos. Essa configuração dialoga com a literatura que compreende a paradiplomacia como uma prática gradual, condicionada pelas capacidades institucionais, pelo contexto federativo e pelas oportunidades do sistema internacional (Aprígio, 2013; Cezário, 2011). Ademais, do ponto de vista dos atores, a paradiplomacia sergipana envolve uma combinação de órgãos governamentais estaduais, agências de fomento e desenvolvimento, além de entidades representativas do setor produtivo. Essa composição evidencia um modelo de atuação internacional que extrapola o Estado em sentido estrito e incorpora atores econômicos e institucionais não estatais, destacando a ampliação do rol de atores subnacionais nas relações internacionais contemporâneas.

Nesse sentido, no que se refere aos eixos de atuação, a paradiplomacia sergipana tem se estruturado prioritariamente em torno de objetivos econômicos e de desenvolvimento, com ênfase na atração de investimentos, no comércio exterior, na captação de recursos internacionais e na cooperação técnica. Observa-se também a incorporação progressiva de temas vinculados à sustentabilidade, à transição energética, à inovação e à modernização da gestão pública, ainda que esses eixos nem sempre estejam articulados integralmente em uma estratégia explícita de inserção internacional. No entanto, as limitações da paradiplomacia sergipana refletem, em grande medida, os constrangimentos estruturais do federalismo brasileiro. A assimetria de capacidades institucionais e financeiras entre os entes federativos, o que tende a afetar estados de menor porte econômico, como Sergipe, no que diz respeito à continuidade administrativa, à profissionalização das estruturas internacionais e à consolidação de agendas próprias. No entanto, apesar desses limites, a análise empírica desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que a paradiplomacia sergipana apresenta oportunidades estratégicas relevantes, especialmente quando articulada à agenda das “Cidades Inteligentes”. Neste contexto a cooperação internacional subnacional pode funcionar como mecanismo de difusão de inovação, acesso a financiamento, intercâmbio de boas práticas e fortalecimento da governança urbana. Para estados e cidades, a inserção em redes internacionais e programas de cooperação técnica constitui um instrumento fundamental para enfrentar desafios urbanos complexos, como sustentabilidade ambiental, mobilidade, eficiência energética e transformação digital. Dito isso, a conexão entre paradiplomacia e smart cities exige, contudo, uma concepção de inteligência urbana que vá além da adoção

instrumental de tecnologias, uma vez que modelos de cidades inteligentes orientados exclusivamente pela lógica tecnocrática tendem a reproduzir desigualdades e fragilizar a legitimidade democrática das políticas públicas. Em contraposição, a governança participativa garante a inovação social e a articulação entre atores públicos e privados na construção de soluções urbanas sustentáveis. Em vista disso, esse enfoque oferece um referencial normativo relevante para orientar a paradiplomacia sergipana em direção a estratégias internacionais que priorizem não apenas competitividade econômica, mas também inclusão social e bem-estar coletivo.

Diante desse quadro, algumas recomendações estratégicas podem ser formuladas para o fortalecimento da paradiplomacia sergipana. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de maior integração entre planejamento estatal e inserção internacional, de modo que a dimensão externa seja incorporada transversalmente aos instrumentos de planejamento e às políticas públicas estaduais, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento urbano, à inovação e à sustentabilidade. Em segundo lugar, recomenda-se o fortalecimento da coordenação interinstitucional, articulando os principais atores em torno de uma agenda comum de inserção internacional inteligente.

Adicionalmente, é de extrema urgência que os atores responsáveis por essa articulação internacional do estado, seja no âmbito público ou privado, contem com a colaboração dos profissionais em relações internacionais, uma vez que são os profissionais preparados para tais demandas.

Por fim, a consolidação da paradiplomacia sergipana como estratégia de desenvolvimento inteligente depende do reconhecimento de que a atuação internacional subnacional não constitui um fim em si, mas um instrumento de política pública, condicionado pelas disputas sociais, pelas orientações governamentais e pelas dinâmicas do sistema internacional. Nesse sentido, fortalecer a paradiplomacia sergipana implica avançar na institucionalização, na coordenação estratégica e na articulação com a agenda de cidades inteligentes, de modo a posicionar o estado de forma mais proativa, sustentável e inovadora no cenário global.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo central analisar de que forma a paradiplomacia, em suas dimensões pública e corporativa, pode se constituir como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, inovador e inteligente para o Estado de Sergipe, especialmente quando articulada à agenda das Cidades Inteligentes. Partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira a paradiplomacia pode ser — e está sendo — utilizada como instrumento de desenvolvimento sustentável para viabilizar a construção de cidades inteligentes no contexto sergipano, contribuindo para o debate sobre inovação urbana em territórios periféricos? A hipótese adotada sustentou que, embora a paradiplomacia em Sergipe ainda se encontre em processo de consolidação institucional, ela apresenta potencial significativo para impulsionar inovação, sustentabilidade e inserção competitiva no cenário global, desde que articulada de forma estratégica, integrada e orientada ao desenvolvimento territorial.

No Capítulo 1, o trabalho estabeleceu o referencial teórico sobre o paradigma das Cidades Inteligentes, enfatizando a superação de abordagens estritamente tecnocráticas em favor de concepções centradas nas pessoas, na governança democrática, na inovação social e na sustentabilidade. A análise das dimensões tecnológica, social, ambiental, econômica e política evidenciou que a inteligência urbana não se resume à incorporação de tecnologias digitais, mas depende de arranjos institucionais capazes de integrar planejamento estratégico, participação cidadã e uso ético da inovação. A articulação entre smart cities e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 11, reforçou a compreensão das cidades como espaços-chave para a implementação territorializada de agendas globais.

O Capítulo 2 aprofundou a discussão sobre a paradiplomacia, abordando sua evolução conceitual, suas modalidades e sua inserção no campo das políticas públicas. Demonstrou-se que a atuação internacional de governos subnacionais constitui uma resposta às transformações da globalização, da governança multinível e da crescente complexidade dos problemas públicos contemporâneos. Destacaram-se as modalidades econômica, ambiental, cultural e corporativa da paradiplomacia, bem como o papel das redes internacionais, da cooperação técnica e da difusão de políticas públicas como mecanismos centrais para a circulação de conhecimento, inovação e boas práticas. A análise das interfaces entre paradiplomacia e cidades inteligentes evidenciou que a inserção internacional pode funcionar como instrumento indutor de políticas urbanas inovadoras, desde que alinhada a estratégias territoriais de longo prazo.

No Capítulo 3, a análise concentrou-se na realidade sergipana, examinando o contexto socioeconômico, institucional e produtivo do estado, bem como a atuação de seus principais atores na esfera internacional. O mapeamento da SEPLAN, da Agência Desenvolve-SE, da Fecomércio Sergipe e de iniciativas empresariais revelou avanços recentes na incorporação da dimensão internacional às estratégias de desenvolvimento estadual, especialmente nos campos da transição energética, da inovação, do comércio exterior e da atração de investimentos. Contudo, também ficaram evidentes desafios estruturais, como a fragmentação institucional, a ausência de um planejamento integrado de inserção externa e os limites impostos pelo federalismo brasileiro.

Nesse contexto, as entrevistas realizadas com atores institucionais estratégicos constituíram uma contribuição empírica central da pesquisa, ao oferecerem leituras internas, críticas e complementares sobre o funcionamento da paradiplomacia no âmbito estadual. A entrevista com gestor da Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação (SEPLAN) evidenciou que a paradiplomacia sergipana opera, em grande medida, de forma reativa, acionada sobretudo em contextos de escassez de recursos e fortemente concentrada nas operações de crédito internacional junto a organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Destacou-se, ainda, o papel estratégico da SEPLAN como órgão-meio, detentora de instrumentos centrais de poder — planejamento, orçamento e articulação intersetorial —, ainda que distante da execução direta das políticas públicas.

De forma complementar, a entrevista com representante da Agência de Desenvolvimento de Sergipe (Desenvolve-SE) permitiu identificar a existência de uma dimensão mais operacional, propositiva e institucionalizada da paradiplomacia sergipana, especialmente no campo econômico e corporativo. A atuação da Desenvolve-SE, ancorada em base legal específica e em competências formalmente definidas, evidencia como a paradiplomacia pode ser exercida por meio de estruturas híbridas, que articulam interesses públicos e privados na promoção internacional do território. As atividades de atração de investimentos, organização e recepção de missões internacionais, prospecção de oportunidades no exterior e promoção do estado em redes e fóruns internacionais caracterizam a agência como um ator paradiplomático relevante, ainda que inserido em um arranjo institucional mais amplo e pouco coordenado.

A entrevista também evidenciou a crescente incorporação das agendas de sustentabilidade, inovação e cidades inteligentes às estratégias de inserção internacional do estado, com destaque para projetos ligados às energias renováveis, como o hidrogênio verde, para o Plano Sergipano de Economia Verde, para o apoio à participação de Sergipe na COP30

e para iniciativas de cidades inteligentes estruturadas via parcerias público-privadas. Esses elementos reforçam a hipótese de que a paradiplomacia pode funcionar como vetor de indução de políticas públicas inovadoras, ao facilitar a atração de investimentos estrangeiros, a transferência de tecnologia e a circulação internacional de conhecimento.

Ao mesmo tempo, a percepção dos entrevistados converge quanto aos desafios estruturais da paradiplomacia subnacional no Brasil, destacando-se a ausência de um marco jurídico mais claro que constitucionalize a atuação internacional de estados e municípios, bem como a inexistência de indicadores padronizados capazes de mensurar a efetividade das iniciativas paradiplomáticas. Tais limitações reforçam a necessidade de maior institucionalização, coordenação intersetorial e capacitação técnica, de modo a evitar que a atuação internacional permaneça fragmentada ou excessivamente dependente de agendas externas.

A partir da análise teórica e empírica, propôs-se a definição da paradiplomacia sergipana como um processo híbrido, multifacetado e em consolidação, caracterizado pela atuação conjunta — ainda que pouco articulada — de órgãos de planejamento, agências de desenvolvimento e atores do setor privado. Trata-se de uma paradiplomacia predominantemente orientada por objetivos econômicos, mas que vem incorporando de forma crescente temas ligados à sustentabilidade, à inovação urbana e à transição energética, ainda fortemente condicionada por restrições fiscais, dependência de financiamento externo e desafios institucionais do federalismo brasileiro.

Entre as contribuições teóricas desta monografia, destaca-se a articulação entre os campos da paradiplomacia, das políticas públicas e das cidades inteligentes, oferecendo uma abordagem integrada ainda pouco explorada na literatura, sobretudo em estudos aplicados a estados de menor porte econômico. Ao incorporar evidências empíricas provenientes de entrevistas com atores institucionais estratégicos, o trabalho contribui para qualificar o debate sobre a atuação internacional subnacional como política pública e como instrumento de desenvolvimento territorial. Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece subsídios analíticos para gestores públicos, agências de desenvolvimento e atores do setor privado, ao evidenciar a importância de uma atuação internacional planejada, coordenada e orientada por objetivos de longo prazo.

Por fim, conclui-se que a paradiplomacia, tanto pública quanto corporativa, constitui um caminho relevante para enfrentar os desafios impostos pela atual conjuntura internacional marcada por múltiplas crises — econômica, climática, política e geopolítica. No caso de Sergipe, a inserção internacional não deve ser concebida apenas como resposta reativa a

demandas externas, mas como estratégia ativa de desenvolvimento, capaz de promover inovação, sustentabilidade, geração de oportunidades econômicas e fortalecimento institucional. A articulação entre paradiplomacia e cidades inteligentes abre espaço para uma atuação internacional mais qualificada, desde que acompanhada de planejamento estratégico, capacidade crítica e consciência dos riscos associados à dependência tecnológica e financeira, reafirmando o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento territorial sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Gustavo Souza. **Efeitos político-jurídicos da não institucionalização da paradiplomacia no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- AGUIRRE, Iñaki. **Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition**. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (org.). *Paradiplomacy in action*. London: Frank Cass, 1999. p. 185–209.
- ALVAREZ, Mariano. **The rise of paradiplomacy in international relations**. Revista CIDOB d’Afers Internacionals, Barcelona, n. 58, p. 23–42, 2002
- ALVES, Eliane et al. **Economia e desenvolvimento de Sergipe**. Aracaju: Editora UFS, 2011.
- ALVES, Matheus. **Paradiplomacia e inovação urbana no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2022.
- ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela; GRAEFF, Júlia. **Ecossistemas colaborativos e inovação social**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 1121–1143, 2019.
- APRÍGIO, André. **Paradiplomacia e interdependência: a atuação internacional dos governos subnacionais**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- ARAÚJO, Izabela. **A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- ARAÚJO, Izabela. **A influência partidária no nível municipal: paradiplomacia na cidade de São Paulo**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Modelo de Análises das Políticas Públicas**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- ARAÚJO, Matheus. **Cidades e política internacional: novos atores da governança global**. Brasília: FUNAG, 2020.
- ASHTON, Mary. **Cidades Criativas: vocação e desenvolvimento**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- AVELLANEDA, Claudia; FANTONI, Marylis. **Explaining paradiplomacy: Do local pro-international structures and political support matter?** Publius: The Journal of Federalism, Oxford, v. 46, n. 2, p. 211–233, 2016.
- BANZATO, Arthur. **A inserção internacional dos governos não centrais brasileiros e argentinos em perspectiva comparada**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BANZATTO, Eduardo. **Paradiplomacia corporativa e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2015.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo Globalizado: Política, Sociedade e Economia**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

BATISTA, Leandra. **A paradiplomacia estadual da Paraíba: características do ambiente paradiplomático periférico em construção**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BATISTA, Leandra. **Quando o Itamaraty não é suficiente: política externa e paradiplomacia no Brasil**. João Pessoa: Editora UEPB, 2019.

BATISTA, Paulo. **Paradiplomacia periférica e desenvolvimento regional**. Revista Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, v. 61, n. 2, p. 45–67, 2018.

BENCHMARKING. In: **DICIO – Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/benchmarking/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOAVENTURA. **A globalização e as ciências sociais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

BORGES, Barbara. **Paradiplomacia e legislação brasileira: análise da autonomia de ente subnacional estadual para atuação internacional**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

BRANCO, Álvaro. **A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRIA, Francesca; MOROZOV, Evgeny. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BRITO, C. **Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CAPPELA, Ana Cláudia. **Formação de Políticas Públicas**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CAPPELA, Ana Cláudia; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Os estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CARVALHO, Sara. **Paradiplomacia institucionalizada: da análise de modelos internacionais para a contribuição e aplicação na realidade brasileira**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação global municipal: dimensões e institucionalização**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CEZÁRIO, Gustavo. **Paradiplomacia municipal no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CIDADES FOR DIGITAL RIGHTS. [S.l.: s.n.], [s.d.].

C40 CITIES CLIMATE LEADERSHIP GROUP. **C40 is a global network of nearly 100 mayors of the world's leading cities committed to addressing climate change**. Climate &

Clean Air Coalition, 2026. Disponível em:  
<https://www.ccacoalition.org/partners/c40-cities-climate-leadership-group>. Acesso em: 26 fev. 2026.

CNM – Confederação Nacional de Municípios. **As Áreas Internacionais dos Municípios Brasileiros: Observatório da Cooperação Descentralizada**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CNM – Confederação Nacional de Municípios. **Atuação Internacional Municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CORNAGO, Noé. **Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: Dimensions of conflict and co-operation**. In: HOCKING, Brian (org.). *Foreign Ministries and the International System*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010. p. 89–110.

CORNAGO, Noé. **Exploring the dynamics of paradiplomacy: the emergence of subnational actors in international relations**. *Regional & Federal Studies*, Londres, v. 10, n. 1, p. 65–88, 2000.

CORNAGO, Noé. **O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

DANIEL, Marco. **O Itamaraty e os governos subnacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

DANTAS, Luis. **Paradiplomacia e a Importância das Cidades e Estados nas Relações Internacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

DEL BO, Chiara; NIJKAMP, Peter; CARAGLIU, Andrea. **Smart cities in Europe**. *Journal of Urban Technology*, London, v. 18, n. 2, p. 65–82, 2011.

DEPINÉ, Eduardo. **Governança urbana e cidades inteligentes**. Curitiba: Appris, 2020.

DEPINÉ, Ágatha. **Participação Cidadã na Governança de Cidades Inteligentes**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

DESENVOLVE-SE. **Dados de exportação do Estado de Sergipe**. Aracaju: Agência Desenvolve-SE, 2026.

DESENVOLVE-SE. **Relatório de comércio exterior e atração de investimentos**. Aracaju: Agência Desenvolve-SE, 2025.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** [S.l.: s.n.], [s.d.].

ECONOMIST IMPACT. **Resilient Cities Index: A global benchmark of urban risk, response and recovery**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

ESPONDA-ALVA, Carlos; COPAJA-ALEGRE, Monica. **Tecnología e innovación hacia la ciudad inteligente: Avances, perspectivas y desafíos**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

ESPONDA-ALVA, Marcelo; COPAJA-ALEGRE, Marco. **Smart cities e governança colaborativa**. *Sustainability*, Basel, v. 12, n. 8, p. 1–18, 2020.

FARIAS, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas Públicas e Relações Internacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FARIAS, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas públicas e internacionalização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

FARIAS, Carlos Aurélio Pimenta de; FERNANDES, Jéssica Silva; CARVALHO, Thales. **Organizações Internacionais e Políticas Públicas Nacionais: variáveis Organizacionais e instrumentos de difusão**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FARIAS, Débora. **Federalismo e Relações Internacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FARIAS, Rogério; SARAIVA, Miriam. **Federalismo e política externa no Brasil**. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 403–430, 2014.

FECOMÉRCIO SERGIPE. **Participação institucional em eventos internacionais**. Aracaju: Fecomércio-SE, 2024.

FECOMÉRCIO SERGIPE. **Relatório anual do setor de turismo e serviços**. Aracaju: Fecomércio-SE, 2026.

FECOMÉRCIO SERGIPE. **Relatório institucional sobre cooperação internacional**. Aracaju: Fecomércio-SE, 2025.

FEITOSA, Cid. **Economia Sergipana: Origem de Desenvolvimento**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FEITOSA, João Bosco. **Economia Sergipana**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2013.

FELIPE, Danilo; RICARDO, José. **Comércio Exterior como Estratégia de Crescimento Econômico: Uma Proposta de Priorização de Produtos Exportáveis para a Economia Sergipana**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FERABOLLI, Silvia. **Cidades globais e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez, 2020.

FERABOLLI, Silvia. **Space Making in the Global South: Lessons from the GCC-Mercosur Agreement**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FERREIRA, Diandra. **Paradiplomacia nas cidades brasileiras: elementos impulsionadores internos**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FONSECA, Gelson. **Paradiplomacia e política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

FONSECA, Marcela. **Os entes federativos brasileiros frente ao direito internacional**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FRÓIO, Liliana. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação subnacional dos Estados brasileiros**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

FUGA. **Governos subnacionais e relações internacionais: o caso dos municípios brasileiros**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

G20 GLOBAL SMART CITIES ALLIANCE. [S.l.: s.n.], [s.d.].

GAMBINI, Ana Paula. **Redes de cidades e cooperação descentralizada internacional**. São Paulo: EDUC, 2009.

GAMBINI, Priscila. **Rede Mercocidades: paradiplomacia de cidades no MERCOSUL**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIFFINGER, Rudolf. **Smart cities: ranking e indicadores**. Vienna: TU Wien, 2017.

GONÇALVES, Gabrielli. **The Impacts of the Fourth Industrial Revolution on Smart and Sustainable Cities**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

HAFTECK, Pierre. **An introduction to decentralized cooperation: definitions, origins and conceptual mapping**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

HOCKING, Brian (org.). **Foreign ministries and the international system**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

HOLLANDS, Robert. *Will the real smart city please stand up?* City, London, v. 12, n. 3, p. 303–320, 2008.

IBGE. **Cidades e estados: Sergipe**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IPEA. **Indústria, inovação e infraestrutura**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

ISO – International Standard Organization. **ISO 37122:2019 (en): Sustainable cities and communities — Indicators for smart cities**. 2019.

JACKSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução as relações internacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

JACQUES; PEDRO. **Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: a experiência de estados e municípios no Brasil**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Sobre o Conceito de Políticas Públicas**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **A Criação das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIS) como Nova Realidade da Inserção Internacional dos entes Subnacionais Brasileiros**. BEPI, IPEA, n. 21, set./dez. 2015, p. 71-83.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 83, p. 43-68, fev. 2017.

KLEIMAN, Alberto. **Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

KUGELMAS, Eduardo; BRANC, Fernanda. **Globalização e ação externa subnacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LA VOZ. **La ciudad promueve la movilidad inteligente con emprendimientos de impacto social**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

LABCHIS, Rafael. **Inovação urbana e políticas inteligentes**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2021.

LABCHIS. **Projeto Smart Floripa: como transformar uma ilha turística em smart island?** [S.l.: s.n.], [s.d.].

LADI, Stella; STONE, Diane. **Global public policy and transnational administration**. Public Administration, v. 93, n. 4, p. 839–855, 2015.

LAISNER, Regina. **O “empoderamento” dos governos locais e a constituição das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI): um mapeamento no Brasil**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

LAISNER, Regina. **Secretarias Municipais de Relações Internacionais no Brasil: um mapeamento nacional**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

LAZZARETTI, Kátia. **Cidades inteligentes em contextos periféricos**. Florianópolis: Insular, 2021.

LEITE, Carlos. **Cidades inteligentes e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Bookman, 2019.

LIVRAMENTO, Maria do. **A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

LOURENÇO, Nelson. **Globalização e localização: O difícil diálogo entre o global e o local**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. **Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MAIA, José Nelson Bessa. **Paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MARTINS, José Ricardo. **Institucionalização da inserção paradiplomática de interesses regionais e locais sob a perspectiva da Sociologia das Relações Internacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MARTINS, José Ricardo; PROCOPIUCK, Mario. **Paradiplomacia e institucionalização: a experiência das relações internacionais da municipalidade de Curitiba**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MATOS, Eloisa De. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MATSUMOTO, Carlos. **Os desdobramentos locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

MCBRIDE, Keegan; CINGOLANI, Luciana; HAMMERSCHMID, Gerhard. **Human-centric smart cities: redefining the smart city.** Government Information Quarterly, Amsterdam, v. 39, n. 1, 2022.

MEIRELES, Thiago. **Do political parties matter for subnational international activities?** [S.l.: s.n.], [s.d.].

MELO, R. **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010).** [S.l.: s.n.], [s.d.].

MENEZES, Rodrigo; COSTA, Wanderley. **Governança urbana e sustentabilidade.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 1, p. 89–107, 2018.

METROPOLIS. **Monitoring internationalisation strategies in cities and metropolitan areas.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

MITROF, Ian. **Planejamento estratégico e cidades inteligentes.** New York: Springer, 2021.

MULLER; SUREL. **Análise de Políticas Públicas.** Pelotas: [s.n.], [s.d.].

NECIS. **Núcleo de Estudos em Cidades Inteligentes e Sustentáveis.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

NEIROTTI, Paolo. **Current trends in Smart City initiatives: some stylised facts.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

NETO, Raul. **Mercocidades e cooperação descentralizada.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

NEVES, Mateus. **A atuação internacional dos estados brasileiros de 2015 a 2020: análise comparada da paradiplomacia nas regiões brasileiras.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

NEVES, Renato Coelho. **Indicadores Externos como Instrumentos de Avaliação de Políticas.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

NEWMAN, Peter; ALLAM, Zaheer. **The rise of smart cities.** Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

NEWMAN, Peter; ALLAM, Zaheer. **Urban metabolism and smart cities.** Sustainability, Basel, v. 12, n. 3, p. 1–15, 2020.

ONU-HABITAT. **World cities report.** Nairobi: United Nations, 2026.

PALIÓLOGO, Rafael; GOMES, Marcos. **Redes de cidades e governança multinível.** Revista de Políticas Públicas, v. 24, n. 2, p. 311–330, 2020.

PASSADOR, João; OLIVEIRA, Denis. **Gestão e Políticas Públicas em rede: interlocuções, pressupostos e aplicações.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

PERL, Anthony; RAMESH; HOWLETT, Michael. **Política Pública: Seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

PRADO, Débora. **A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

PRAZERES, Tatiana. **Relações internacionais federativas no Brasil.** Brasília: FUNAG, 2004.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Mercocidades completa 20 anos de integração de municípios sul-americanos.** São Paulo, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/mercocidades-completa-20-anos-de-integracao-de>. Acesso em: 26 fev. 2026.

PROIO, Leonardo. **Paradiplomacia como resistência institucional.** Revista Lua Nova, São Paulo, n. 109, p. 151–176, 2020.

REINICKE, Wolfgang. **Global public policy.** Washington: Brookings Institution, 1997.

REINICKE, Wolfgang. **Governance in a globalizing world.** Washington: Brookings Institution, 1998.

RIBEIRO, Maria (Maria Clotilde). **Globalização e novos atores: A paradiplomacia das cidades brasileiras.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

RIBEIRO, Maria; MILANI, Carlos. **International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

RIZZON, Fabiana. **Cidades inteligentes: disputas conceituais e práticas.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 9, n. 2, p. 247–261, 2017.

RIZZON, Fabiana. **Inovação urbana e políticas públicas.** Curitiba: Appris, 2020.

RODRIGUES, Gilberto. **Internacionalismo Municipal.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

RODRIGUES, Gilberto. **Marco Jurídico para a Cooperação Internacional Descentralizada.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

RODRIGUES, Gilberto. **Paradiplomacia: cidades e estados na cena global.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

RODRIGUES, Gilberto. **Política Externa Federativa.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

ROMÃO, Wagner. **O novo contexto das relações internacionais e a ação externa das cidades brasileiras.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

ROSSETTO, Ângela. **Políticas públicas urbanas e cooperação internacional.** São Paulo: Annablume, 2020.

ROSSO, Priscila. **O Surgimento e a Consolidação das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIS): A Paradiplomacia no Contexto Brasileiro.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

RUA; ROMANINI. **Para Aprender Políticas Públicas.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

SALA, José. **Federalismo cooperativo no Brasil.** São Paulo: Malheiros, 2008.

SALOMÓN, Mônica. **A ação internacional dos governos subnacionais**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SALOMÓN, Mônica. **A dimensão subnacional da política externa brasileira: Determinantes, conteúdos e perspectivas**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SANTOMAURO, Fernando. **Os governos locais e um novo mundo possível**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SANTOS, Chrstianny. **Paradiplomacia: Atuação do Nordeste Brasileiro na Rede Mercocidades**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Sofia. **As cidades como atores das relações internacionais**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SECCHI. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SEPLAN-SE. **Planejamento estratégico e inserção internacional do Estado de Sergipe**. Aracaju: Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação, 2025.

SESTREM, Jardel. **Políticas Públicas Globais. Teoria e Prática**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SILVA, Ironildes. **Paradiplomacia Contemporânea: Trajetórias e Tendências da Atuação Internacional dos Governos Estaduais no Brasil e nos EUA**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SILVA, Sidney; COÊLHO, Denilson; FARIA, Carlos. **Difusão de Políticas Públicas**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SILVA, Thiago. **Transferências de Políticas Públicas na Rede Mercocidades: do Diálogo à Construção Conjunta**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SIMINI, Danilo. **Atuação internacional dos municípios brasileiros à luz da Constituição Dirigente de 1988**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SIQUEIRA, João. **A paradiplomacia como instrumento viabilizador do desenvolvimento local**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SMART LONDON BOARD. **SmartLondonPlan: Using the creative power of new technologies to serve London and improve Londoners' lives**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SOARES, Paula. **Pensando a política externa como política pública: a participação de São Paulo nas unidades temáticas de gênero e município**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SOUZA, Guilherme. **Internacionalização de cidades e seus determinantes locais: um mapeamento da paradiplomacia municipal brasileira**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

TAVARES, Larissa. **A Importância do Planejamento de Políticas Públicas para Cidades Inteligentes**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

TEIXEIRA, Felipe. **A dimensão subnacional da política externa: o engajamento de estados e municípios na inserção internacional brasileira.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

THOMAS, R. **Politics versus economics: the development of the literature on policy determination.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

THOMAS, R. **Understanding Public Policy.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

TRIGUEIRO, André. **Cidades sustentáveis.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

U4SSC. **Smart sustainable cities indicators.** Geneva: United for Smart Sustainable Cities, 2026.

URBAN SYSTEM. **Ranking Connected Smart Cities.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 62, 2006.

VIGEVANI, Tullo; PRADO, Débora. **Ações e problemas para a paradiplomacia no Brasil.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

WILLEMS, J.; VAN DEN BERGH, J.; VIAENE, S. **Smart City Projects and Citizen Participation: The Case of London.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

ZAHARIADIS, Nikolaos; BUONANNO, Laurie. **The Routledge Handbook of European Public Policy.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

ZERAQUI, Zidane. **Teoría y práctica de la paradiplomacia.** Ciudad de México: UNAM, 2015.

## APÊNDICE 1

### ENTREVISTA 1

**Nome:** Guilherme Bratz Uberti

**Cargo/função:** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental/Subcoordenador Operacional de Energia da UGP Conecta-SE

**Instituição:** Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação

**Tempo de atuação:** 5-6 anos no Governo do Estado de Sergipe

**GUILHERME:** Para fins de contextualização: primeiramente, interpretei que sue enfoque no que se refere ao instrumento da paradiplomacia está no campo do apoio à execução de políticas públicas. Portanto, deixemos de lado a paradiplomacia enquanto apoio à dimensão institucional, de melhoria de instrumentos de gestão na Administração Pública. De fato, isso dialoga mais com as atribuições da Seplan, pois geralmente as parcerias internacionais para melhoria da gestão ficam centralizadas na Secretaria da Fazenda (os “Profiscos”). Em segundo lugar, cabe esclarecer o papel da Seplan no contexto governamental no que diz respeito à paradiplomacia. São dois principais pontos:

1º ponto sobre o papel da Seplan: Em uma concepção de Estado orientado as falhas de mercado, em busca do bem comum, que tem papel central na execução de políticas públicas (especialmente sociais), tal secretaria é entendida como “meio” (e não “finalística”).

Isso implica dizer que nós não estamos “na ponta” dos serviços. Somos um órgão distante da execução, mas que mesmo assim presta apoio às secretarias ditas “finalísticas” na formulação e implementação de políticas públicas, em especial quando há carência de recursos e eles necessitam de nosso apoio (precisam de dinheiro para a execução de suas políticas públicas – primeiro acionam a Seplan, a qual é “dona do orçamento”, depois a Secretaria de Fazenda, “dona do dinheiro”). E esse apoio da Seplan é procurado por esse fator específico (que diz respeito a um instrumento de poder a cargo da Seplan): o orçamento e o planejamento (embora esse tido muito mais como peça orçamentária do que algo de fato indutor de políticas públicas, que pensa o desenvolvimento do Estado). Ou seja: sem orçamento, a política pública não acontece – mesmo em empréstimos internacionais, que geralmente exigem contrapartida. Logo, o apoio da Seplan é geralmente solicitado quando há falta de recursos para a

implementação de uma política pública - portanto, quando a parceria é ligada à operação de crédito, com exigência de contrapartida. Ficam de fora, portanto, as parcerias sem necessidade de recurso, como acordos de cooperação técnica – essas as secretarias fazem por conta. Ou seja, a Seplan acaba centralizando a implementação de algumas operações de crédito porque é a “dona” do orçamento. E de fato tem buscado exercer esse poder centralizador, em especial recentemente, pois busca reforçar sua atuação na dimensão externa do planejamento público. Para tanto, precisa ganhar destaque no campo. E para isso é essencial ter um completo entendimento do que ocorre no estado, em termos econômicos e sociais (quais principais carências e potenciais). Em outras palavras, precisa ter conteúdo para “pensar” o desenvolvimento do Estado.

Outro fator que desperta o interesse de secretarias finalísticas no apoio da Seplan diz respeito ao seu conhecimento mais amplo das políticas do Estado e a facilidade no relacionamento com outras secretarias. Essa necessidade se dá porque os organismos multilaterais costumam trazer propostas de investimento bastante amplas, que perpassam as políticas de mais de uma secretaria. Logo, informação e capacidade de articulação também são poderes da Seplan. Afinal, para firmar parcerias com os organismos multilaterais acaba sendo necessário articular série de políticas públicas de distintas secretarias – e ninguém melhor do que a Seplan para centralizar o fluxo. Fatores secundários que acabam também despertando o interesse pelo apoio da Seplan dizem respeito a dado conhecimento nos trâmites das operações de crédito e na elaboração de projetos, o que é essencial nos diálogos com as instituições multilaterais. Nesse contexto, importante destacar que há outra secretaria com instrumento de poder maior ainda no que diz respeito a operações de crédito: a Secretaria de Estado da Fazenda, que é quem dá o aval para os empréstimos e os recursos a estarem envolvidos, analisando as condições de financiamento. Eles que dão a palavra final acerca da viabilidade financeira da parceria (se é viável e quanto é possível gastar). Inclusive, há certo conflito (clássico) entre Seplan e Sefaz no que diz respeito à busca pela centralização da gestão das operações de crédito: uma pensa no desenvolvimento do Estado (gasto); outra na “saúde financeira” (controle).

2º ponto sobre o papel da Seplan: A função planejamento exercida pela Seplan pode ser dividida em 2 dimensões:

- Interna ao governo (planejamento estratégico > racionalização e eficiência na operação governamental > é a frente mais desenvolvida atualmente);
- Externa, para o desenvolvimento de Sergipe (sendo retomada nos últimos tempos, mas ainda tímida – concorre com Sedetec, Desenvolve-SE) > essa é que mais tem a ver com a paradiplomacia em políticas públicas.

Há um ponto importante dentro dessa dimensão externa, que diz respeito a uma discussão mais ampla e clássica: desenvolvimentismo (que defende participação do Estado – de gastos públicos - na economia) vs. Liberalismo (que está mais preocupado com a estabilização da economia, de modo a passar confiança ao mercado). O aprofundamento do (neo)liberalismo em termos de papel do Estado (ilustrado em termos das diversas limitações para o gasto público), que se iniciou na década de 90 e que carrega traços de continuidade até hoje, dialoga com as limitações que os entes públicos enfrentam desde então na utilização de instrumentos na área de planejamento público para o desenvolvimento. Como os instrumentos de indução à economia acabaram sendo cada vez mais esvaziados por conta das políticas de restrição fiscal, a área de planejamento para o desenvolvimento foi pouco a pouco perdendo espaço. Ainda assim, recentemente a busca por medidas mais desenvolvimentistas tem voltado à tona – e com elas a retomada da paradiplomacia, em especial no que diz respeito a operações de crédito (que envolvem gasto público).

Feitas tais considerações, vamos aos questionamentos:

**MILENA: Como a sua instituição atua em iniciativas de cooperação internacional e de que forma essa atuação pode ser caracterizada como paradiplomática?**

**GUILHERME:** 1º ponto: o contato entre Seplan e organismos multilaterais. Esse contato costuma se dar de maneira reativa, seja por provocação de organismos multilaterais diretamente com a Seplan, seja por provocação de alguma secretaria/instituição previamente mobilizada pelo organismo (secretaria essa que necessita do apoio da Seplan, seja por motivo orçamentário ou de apoio na mobilização de outras secretarias). Quando o contato do organismo se dá diretamente com Seplan: aproveitamento de oportunidades em missões internacionais (que geralmente surgem de parcerias com outros estados – via Conseplan ou Consórcio Nordeste) ou contatos realizados diretamente por instituições multilaterais (Banco Mundial, Banco dos BRICS), que possuem seus “atalhos” no acesso aos entes subnacionais

via ministérios, por exemplo (há até operações de crédito com tais organismos que passam por Ministérios).

2º ponto: maneira de atuação. Como estamos falando de parcerias em políticas públicas (Seplan distante das secretarias “finalísticas”), a Seplan geralmente auxilia na implementação da medida, via apoio da equipe na preparação de documentos e discussões (em especial nas articulações entre distintas secretarias).

3º ponto: falta de estrutura que pense a inserção externa de Sergipe e proponha uma atuação proativa. Não há uma atuação proativa, até porque nem se tem estrutura (ou conhecimento) para isso atualmente. Também porque há certo conflito de competência com a Sefaz (como informado acima, a qual é a “dona do gasto”) e, mais recentemente, com a Desenvolve-SE (que tem a atribuição de realizar parcerias internacionais na dimensão econômica).

**MILENA: Existem projetos ou políticas da instituição relacionados à inovação urbana, sustentabilidade ou cidades inteligentes? Poderia descrevê-los brevemente?**

**GUILHERME:** Sim, inclusive uma operação de crédito sobre o assunto é capitaneada pela Seplan, ainda que ela não seja uma secretaria diretamente responsável por esse tipo de política pública (até talvez porque não haja secretaria estadual que tenha em suas atribuições competências específicas para lidar com o tema). Discorrerei sobre o assunto na próxima pergunta. Aproveitarei esse espaço para comentar que há atualmente na Seplan uma Superintendência de Desenvolvimento Regional que articula com municípios e tem de certa forma tocado nessas questões, embora de maneira ainda muito tímida. Para que de fato fosse implementado algo robusto nesse sentido, teria que ser pensada alguma espécie de consórcio entre os municípios – algo que nosso planejamento para políticas públicas é imaturo para absorver atualmente.

**MILENA: De que maneira a cooperação internacional tem contribuído (ou poderia contribuir) para o fortalecimento dessas iniciativas no Estado de Sergipe?**

**GUILHERME:** Como contribui: A Seplan coordena o Programa de Aceleração Digital de Sergipe (Conecta-SE), operação de crédito contraída junto ao Banco Mundial, de cerca de US\$ 60 MI, que tem como componente principal a instalação um “cinturão digital” (instalação de fibras ópticas em prédios públicos e outros de interesse social, a exemplo de estruturas em comunidades), infraestrutura básica para que se chegue ao conceito de “cidades

inteligentes”. Outro componente dessa operação, que entra como medida compensatória pelo potencial aumento no consumo de energia do cinturão digital, é o de eficiência energética em edificações públicas. Uma exigência do Banco Mundial foi a instauração de conselhos temáticos para tratar do tema no âmbito da administração pública, como estratégia de gerar sustentabilidade às medidas (perdurarem por mais tempo do que os 5 anos da operação de crédito). Assim, em 2025, foram instaurados conselhos de tecnologia e comunicação e de eficiência energética (Lei nº 9.604/2025).

E como a cooperação internacional poderia contribuir? De maneira geral (pensando no estado de Sergipe), apoiando a modernização da infraestrutura e da tecnologia no estado, bem como a capacitação técnica da força de trabalho sergipana. Mais especificamente no caso da Seplan: tratá-la de maneira estratégica é crucial para o exercício de “pensar” o desenvolvimento do Estado. Ao conseguirmos formular uma estratégia para inserção externa, a paradiplomacia entra como ferramenta altamente importante para estimularmos o desenvolvimento interno (estrutural e de longo prazo), em parceria com atores externos, mas atentando a nossos interesses/necessidades de desenvolvimento.

**MILENA: Quais são os principais desafios enfrentados para a implementação da paradiplomacia no contexto estadual ou municipal?**

1. Convencer a alta gestão sobre a importância desse instrumento para o desenvolvimento do estado. Nesse sentido, entendo que há duas questões principais a serem superadas:

(i) Traços do liberalismo na política econômica nacional: podemos compreender o instrumento da paradiplomacia (em especial as operações de crédito) como a serviço de uma concepção desenvolvimentista (e aberta ao capital estrangeiro). Ocorre que boa parte dos estados federados – sobretudo os que mais gastos públicos tinham até a década de 90 – estava há bem pouco tempo (ou está ainda) em regimes de recuperação fiscal (criado com a Lei de Responsabilidade Fiscal dos anos 2000). Isso compromete desde então a capacidade de endividamento desses estados, o que faz com que realizem operações de créditos quase que exclusivamente para “melhorias de suas gestões”. De maneira mais ampla, a própria função das secretarias de planejamento (tipicamente mais desenvolvimentistas) foi perdendo muita força, uma vez que os recursos próprios para investimento foram sendo bastante escassos. Assim, sem instrumentos efetivos para induzir ao desenvolvimento, foi-se perdendo

capacidade de “pensar” o Estado e as operações de crédito não apareciam como algo relevante para o desenvolvimento (raramente poderiam ser acionadas).

(ii) há um certo dificultador do convencimento para parcerias internacionais por conta de nosso distanciamento de faixas de fronteira (não há compartilhamento direto de cultura e economia).

2. Formar e capacitar tecnicamente servidores públicos para formular projetos estratégicos à nossa inserção externa (que dialoguem com as políticas de investimento de organismos multilaterais). Há também duas dimensões nessa questão:

(i) Em Sergipe, ausência de estrutura que centralize projetos estratégicos (banco de projetos).

(ii) De maneira geral nos estados, a ausência de carreiras que tenham a paradiplomacia como uma questão importante diz respeito a como a Administração Pública é tratada no Brasil: advinda do *Management* (tradição americana – separação entre administração e política; técnico em busca de eficiência/gerencialismo), e não da Ciência Política. A aproximação com a Ciência Política tornaria o encadeamento com o campo das RI mais lógico. Percebe-se, assim, que as formações em Administração Pública ficam presas as técnicas gerenciais ou de análise de políticas públicas, sem dialogar com a geopolítica.

3. Até pouco tempo atrás, limitação financeira (quando falamos de paradiplomacia na qual existe desembolso: operações de crédito em especial): tendo a ver com as regras limitadoras de endividamento mencionadas anteriormente. Assim, ao longo dos anos, essa era uma ferramenta que pouco tinha a ofertar, exceto em medidas de melhoria de gestão.

**MILENA:** Na sua avaliação, qual a importância da paradiplomacia para o desenvolvimento regional de Sergipe e quais oportunidades ainda podem ser exploradas?

**GUILHERME:** Surge como ferramenta importante frente aos recursos escassos que detém o estado para investimentos e mesmo possibilidade de atualização (e incorporação) tecnológica. Como afirmado anteriormente, tem potencial de ser altamente importante a uma instituição que planeje o desenvolvimento do Estado: trata por pensar de maneira estratégica nossa inserção externa. Mas cabe alertar que a relação com parceiros externos também traz riscos: acentuar dependência tecnológica dos grandes centros (caso de cooperações técnicas com GIZ), redução da soberania em áreas estratégicas (energética, da informação - em contexto de

acentuação de nacionalismos) e o de ainda sermos mais afetados em termos de impactos ambientais (contexto de digitalização + “transição energética”) e de limitação da base industrial (créditos de carbono, por exemplo). Mas, como não estamos em uma ilha, a grande questão é entendermos o contexto geopolítico e podermos, em primeiro lugar, refletir sobre nossa inserção; em seguida, de aproveitar - na margem - oportunidades de desenvolvimento estrutural no longo prazo (sobretudo com criação de empregos e incorporação de tecnologias), mais do que mero crescimento econômico de curto prazo e que pouco interessa ao nosso mercado interno. Outra questão a estar alerta é que os países que buscam cooperação conosco possuem interesses. Assim, caso Sergipe não pense de maneira estratégica a inserção externa, acabará, no máximo, atuando de maneira eficiente a interesses externos.

## APÊNDICE 2

### ENTREVISTA 2

**Nome:** Ademario Alves

**Cargo/função:** Diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior; Diretor de Captação de Recursos e Atração de Investimento (em exercício)

**Instituição:** Agência Sergipe de Desenvolvimento (Desenvolve-SE)

**Tempo de atuação:** 2 anos

**MILENA:** Como a sua instituição atua em iniciativas de cooperação internacional e de que forma essa atuação pode ser caracterizada como paradiplomática?

**ADEMARIO:** A Agência Sergipe de Desenvolvimento (Desenvolve-SE), é uma empresa de direito privado, sociedade de economia mista, com capital da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Codise. Criada através da Lei 9.180/2023, busca o desenvolvimento de relações internacionais e a melhoria da competitividade dos setores econômicos estaduais nos mercados nacional e internacional, assim como o desenvolvimento de projetos estruturantes e atração de investimentos para o estado. Com sede em Aracaju/SE e escritório em São Paulo/SP, a Desenvolve-SE atua também em prol do desenvolvimento de projetos de parcerias estratégicas público-privadas e na gestão de ativos e participações do estado.

Em seu Estatuto Social, está definido que:

Art. 2º - A DESENVOLVE-SE visa cumprir papel de relevante interesse coletivo, tendo como objeto social impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe, conforme planejamento estratégico do Governo, possuindo as seguintes competências:

I - Desenvolver relações internacionais e criar condições para a melhoria da competitividade dos setores econômicos do Estado nos mercados nacional e internacional; [...]

Art. 3º - A DESENVOLVE-SE, no exercício de suas competências, poderá:

V- realizar estudos, divulgar oportunidades de investimentos, o potencial socioeconômico do Estado e seus produtos mais característicos;

VII- realizar, participar e apoiar feiras e missões, congressos, seminários, exposições e

outros eventos, de forma a subsidiar com informações básicas, objetivando o desenvolvimento do setor produtivo e dos demais setores, nos quais a agência venha a atuar;

VIII- implementar ações de promoção e atração de investimento;

Art. 47- Compete ao Diretor de Captação de Recursos e Atração de Investimentos:

I - Atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Estado;

II - Articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda;

III - Prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Estado;

IV - Garantir o bom funcionamento, atualização periódica das informações da plataforma de atração de investimentos;

V - Propor e orientar o desenvolvimento de novas ações de fomento;

VI - Coordenar demandas e projetos ligados ao fomento que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe;

VII - Viabilizar e supervisionar a implantação de empreendimentos estratégicos no Estado.

Art. 48- Compete ao Diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior:

I- Assessorar o Estado de Sergipe na formulação de diretrizes estratégicas na área de relações internacionais;

II- Promover a interlocução entre os órgãos do Governo do Estado de Sergipe e os seus homólogos estrangeiros, por intermédio da Embaixada do Brasil no respectivo país;

III - Colaborar na tomada de decisões sobre a agenda do Governador e Vice- Governador em viagem ao exterior, em articulação com a Secretaria de Estado da Casa Civil e Gabinete do Governador;

IV- Atuar, em articulação com a Secretaria competente, na organização das atividades internacionais do Estado de Sergipe no exterior;

V- Colaborar na promoção internacional do Estado de Sergipe e na prospecção de recursos bilaterais internacionais e de programas de cooperação com países, entes subnacionais, empresas multinacionais ou organismos internacionais;

VI- Propor ao Governador minutas de protocolos de intenções, memorandos de entendimento (MoU) e de acordos de cooperação bilaterais que objetivem a atração de investimentos e promoção das exportações;

- VII- Assessorar o Governador na articulação com o Ministério das Relações Exteriores sobre negociações bilaterais em curso em que o Estado de Sergipe figure como parte;
- VIII- Propor, em articulação com a Secretaria competente, programas de atividades internacionais do Estado de Sergipe objetivando, notadamente, atração de investimentos e promoção das exportações;
- IX- Identificar e promover ações conjuntas e de cooperação de interesse do Estado de Sergipe com organismos e fóruns multilaterais;
- X- Fomentar a participação das unidades e órgãos do Estado em redes, fóruns e organismos multilaterais;
- XI- Iniciar interlocução com organismos multilaterais para negociar programas de cooperação em função dos interesses definidos;
- XII- Realizar ações voltadas à promoção internacional do Estado de Sergipe e de candidaturas a prêmios internacionais.

Nesse sentido, ao passo em que as Diretorias de Relações Internacionais e Atração de Investimentos são responsáveis por assessorar o Estado de Sergipe na formulação de diretrizes estratégicas na área de relações internacionais, a Desenvolve-SE atua diretamente em iniciativas relacionadas à cooperação internacional, organização e recepção de missões internacionais, interação com entes internacionais, atração de investimentos e promoção internacional do estado de Sergipe, motivo pelo qual sua atuação pode ser classificada como uma representação paradiplomática de Sergipe.

A Agência Sergipe de Desenvolvimento (Desenvolve-SE), é uma empresa de direito privado, sociedade de economia mista, com capital da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Codise. Criada através da Lei 9.180/2023, busca o desenvolvimento de relações internacionais e a melhoria da competitividade dos setores econômicos estaduais nos mercados nacional e internacional, assim como o desenvolvimento de projetos estruturantes e atração de investimentos para o estado. Com sede em Aracaju/SE e escritório em São Paulo/SP, a Desenvolve-SE atua também em prol do desenvolvimento de projetos de parcerias estratégicas público-privadas e na gestão de ativos e participações do estado.

Em seu Estatuto Social, está definido que:

Art. 2º - A DESENVOLVE-SE visa cumprir papel de relevante interesse coletivo, tendo como objeto social impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe, conforme planejamento estratégico do Governo, possuindo as seguintes competências:

I - Desenvolver relações internacionais e criar condições para a melhoria da competitividade dos setores econômicos do Estado nos mercados nacional e internacional; [...]

Art. 3º - A DESENVOLVE-SE, no exercício de suas competências, poderá:

V- realizar estudos, divulgar oportunidades de investimentos, o potencial socioeconômico do Estado e seus produtos mais característicos;

VII- realizar, participar e apoiar feiras e missões, congressos, seminários, exposições e outros eventos, de forma a subsidiar com informações básicas, objetivando o desenvolvimento do setor produtivo e dos demais setores, nos quais a agência venha a atuar;

VIII- implementar ações de promoção e atração de investimento;

Art. 47- Compete ao Diretor de Captação de Recursos e Atração de Investimentos:

I - Atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Estado;

II - Articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda;

III - Prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Estado;

IV - Garantir o bom funcionamento, atualização periódica das informações da plataforma de atração de investimentos;

V - Propor e orientar o desenvolvimento de novas ações de fomento;

VI - Coordenar demandas e projetos ligados ao fomento que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe;

VII - Viabilizar e supervisionar a implantação de empreendimentos estratégicos no Estado.

Art. 48- Compete ao Diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior:

I- Assessorar o Estado de Sergipe na formulação de diretrizes estratégicas na área de relações internacionais;

II- Promover a interlocução entre os órgãos do Governo do Estado de Sergipe e os seus homólogos estrangeiros, por intermédio da Embaixada do Brasil no respectivo país;

III - Colaborar na tomada de decisões sobre a agenda do Governador e Vice- Governador em viagem ao exterior, em articulação com a Secretaria de Estado da Casa Civil e Gabinete do Governador;

IV- Atuar, em articulação com a Secretaria competente, na organização das atividades internacionais do Estado de Sergipe no exterior;

- V- Colaborar na promoção internacional do Estado de Sergipe e na prospecção de recursos bilaterais internacionais e de programas de cooperação com países, entes subnacionais, empresas multinacionais ou organismos internacionais;
- VI- Propor ao Governador minutas de protocolos de intenções, memorandos de entendimento (MoU) e de acordos de cooperação bilaterais que objetivem a atração de investimentos e promoção das exportações;
- VII- Assessorar o Governador na articulação com o Ministério das Relações Exteriores sobre negociações bilaterais em curso em que o Estado de Sergipe figure como parte;
- VIII- Propor, em articulação com a Secretaria competente, programas de atividades internacionais do Estado de Sergipe objetivando, notadamente, atração de investimentos e promoção das exportações;
- IX- Identificar e promover ações conjuntas e de cooperação de interesse do Estado de Sergipe com organismos e fóruns multilaterais;
- X- Fomentar a participação das unidades e órgãos do Estado em redes, fóruns e organismos multilaterais;
- XI- Iniciar interlocução com organismos multilaterais para negociar programas de cooperação em função dos interesses definidos;
- XII- Realizar ações voltadas à promoção internacional do Estado de Sergipe e de candidaturas a prêmios internacionais.

Nesse sentido, ao passo em que as Diretorias de Relações Internacionais e Atração de Investimentos são responsáveis por assessorar o Estado de Sergipe na formulação de diretrizes estratégicas na área de relações internacionais, a Desenvolve-SE atua diretamente em iniciativas relacionadas à cooperação internacional, organização e recepção de missões internacionais, interação com entes internacionais, atração de investimentos e promoção internacional do estado de Sergipe, motivo pelo qual sua atuação pode ser classificada como uma representação paradiplomática de Sergipe.

**MILENA: Existem projetos ou políticas da instituição relacionados à inovação urbana, sustentabilidade ou cidades inteligentes? Poderia descrevê-los brevemente?**

**ADEMARIO:** A Diretoria de Atração de Investimentos busca destacar oportunidades para investimento em setores estratégicos, incluindo áreas relacionadas à sustentabilidade, a exemplo de energias renováveis. Um projeto dessa área envolve uma planta de hidrogênio

verde. Mais informações sobre setores estratégicos podem ser consultadas em: <https://desenvolve.se.gov.br/pagina-inicial/invista-em-sergipe/>. Mais recentemente, a Diretoria apoiou a participação de Sergipe na COP30. Mais informações em: <https://desenvolve.se.gov.br/plano-sergipano-de-economia-verde/>.

A Diretoria de Projetos Estruturantes e Planejamento de Longo Prazo esteve bem envolvida no Plano Sergipano de Economia Verde, também relacionado à sustentabilidade. Existe projeto relacionado a cidades inteligentes, endereçado pela Diretoria de Parcerias Estratégicas Público-Privada: <https://desenvolve.se.gov.br/desenvolve-se-e-nossa-senhora-das-dores-assina-m-contrato-para-estruturacao-da-primeira-cidade-inteligente-de-sergipe/>.

**MILENA: De que maneira a cooperação internacional tem contribuído (ou poderia contribuir) para o fortalecimento dessas iniciativas no Estado de Sergipe?**

**ADEMARIO:** A cooperação internacional apresenta diversos ganhos potenciais aos entes subnacionais, podendo fortalecer iniciativas relacionadas à inovação urbana, sustentabilidade ou cidades inteligentes ao permitir maior promoção e visibilidade de oportunidades em Sergipe, atração de investimentos estrangeiros, e transferência de tecnologia e inovação.

**MILENA: Quais são os principais desafios enfrentados para a implementação da paradiplomacia no contexto estadual ou municipal?**

**ADEMARIO:** Os principais desafios enfrentados para a implementação da paradiplomacia envolvem falta de estrutura jurídica que regule ou constitucionalize a atuação de entes subnacionais e falta de indicadores padronizados capazes de mensurar a efetividade das iniciativas de paradiplomacia.

**MILENA: Na sua avaliação, qual a importância da paradiplomacia para o desenvolvimento regional de Sergipe e quais oportunidades ainda podem ser exploradas?**

**ADEMARIO:** A paradiplomacia pode impulsionar o desenvolvimento sergipano, possibilitando atrair investimentos, explorar novos parceiros comerciais e modelos de financiamento, troca de informações e capacitação de mão de obra, inovação na indústria e na agropecuária, dentre outros.